

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	19
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	45

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	162
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	163
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	164

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.114.918.734
Preferenciais	0
Total	1.114.918.734
Em Tesouraria	
Ordinárias	26.780.298
Preferenciais	0
Total	26.780.298

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2020	Dividendo	06/03/2020	Ordinária		0,24000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	12.040.037	11.369.823
1.01	Ativo Circulante	1.152.945	197.626
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.015.432	42.580
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.101	95.829
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	53.101	95.829
1.01.03	Contas a Receber	28.277	9.395
1.01.03.01	Clientes	200	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	28.077	9.395
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	27.864	6.321
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	213	3.074
1.01.06	Tributos a Recuperar	53.280	49.750
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	53.280	49.750
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.855	72
1.02	Ativo Não Circulante	10.887.092	11.172.197
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	841.744	840.455
1.02.01.07	Tributos Diferidos	44.875	41.613
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.875	41.613
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.987	255
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	755.433	759.123
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	755.433	759.123
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	39.449	39.464
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	39.447	39.447
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	2	17
1.02.02	Investimentos	9.745.342	10.077.248
1.02.02.01	Participações Societárias	9.745.342	10.077.248
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	9.745.342	10.058.456
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	0	18.792
1.02.03	Imobilizado	48.230	8.331
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.566	2.532
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	36.664	5.799
1.02.04	Intangível	251.776	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	12.040.037	11.369.823
2.01	Passivo Circulante	1.085.883	47.069
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.154	958
2.01.02	Fornecedores	5.928	2.173
2.01.03	Obrigações Fiscais	946	389
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.032.011	28.857
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.009.997	0
2.01.04.02	Debêntures	17.743	28.713
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.271	144
2.01.05	Outras Obrigações	17.844	14.692
2.01.05.02	Outros	17.844	14.692
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.155	14.689
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	1.689	3
2.02	Passivo Não Circulante	1.837.735	1.864.499
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.758.450	1.729.223
2.02.01.02	Debêntures	1.723.739	1.723.368
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	34.711	5.855
2.02.02	Outras Obrigações	8.635	4.220
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.001	4.220
2.02.02.02	Outros	3.634	0
2.02.02.02.03	Demais contas a pagar	3.634	0
2.02.04	Provisões	70.650	131.056
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	280	399
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	280	399
2.02.04.02	Outras Provisões	70.370	130.657
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	63.063	130.657
2.02.04.02.05	Provisão para passivo a descoberto de empreendimento controlado em conjunto	792	0
2.02.04.02.06	Benefício Pós-Emprego	6.515	0
2.03	Patrimônio Líquido	9.116.419	9.458.255
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	610.912	554.370
2.03.02.07	Reservas de Capital	595.472	542.400
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	15.440	11.970
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.429	4.522
2.03.04	Reservas de Lucros	3.510.031	3.771.501
2.03.04.01	Reserva Legal	705.341	705.341
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.290.073	3.290.073
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	261.470
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	201.543	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-620.797	-146.317
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	238.549	102.427

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	64.094	218.698	98.849	324.977
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	801	556	-11	420
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	63.293	218.142	98.860	324.557
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.094	218.698	98.849	324.977
3.06	Resultado Financeiro	-32.945	-19.864	4.854	16.876
3.06.01	Receitas Financeiras	-2.365	31.769	35.172	76.339
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.580	-51.633	-30.318	-59.463
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.149	198.834	103.703	341.853
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.917	3.091	4.898	409
3.08.01	Corrente	0	-170	0	0
3.08.02	Diferido	9.917	3.261	4.898	409
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	41.066	201.925	108.601	342.262
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	41.066	201.925	108.601	342.262
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03770	0,18560	0,09480	0,31560
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,03740	0,18450	0,09960	0,31380

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	41.066	201.925	108.601	342.262
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-42.701	-338.358	8.763	7.670
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ próprio, líquido	430	432	-301	-295
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-56.739	-476.773	21.906	15.980
4.02.03	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreendimentos controlados em conjunto, líquido	-640	1.861	-2.413	-2.367
4.02.04	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	14.248	136.122	-10.429	-5.886
4.02.05	Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	0	0	238
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.635	-136.433	117.364	349.932

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	256.023	1.307.504
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.262	14.537
6.01.01.01	Lucro líquido do período	201.925	342.262
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-218.142	-324.557
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	36.030	-2.755
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-3.261	-409
6.01.01.05	Demais Provisões e Ajustes	-219	-4
6.01.01.06	Amortização de ativos de direito de uso	1.854	0
6.01.01.07	Depreciações e amortizações	971	0
6.01.01.08	Provisão para benefício pós-emprego	913	0
6.01.01.09	Instrumento patrimonial outorgado	2.191	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	225.580	1.283.809
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	-3.530	4.240
6.01.02.02	Dividendos recebidos de controladas e empreend controlados em conjunto (AC)	219.442	1.303.209
6.01.02.03	Demais contas a receber (AC)	-21.543	-1.769
6.01.02.04	Despesas antecipadas (AC)	-2.783	-111
6.01.02.05	Fornecedores (PC)	3.755	181
6.01.02.06	Salários e encargos sociais (PC)	28.196	700
6.01.02.07	Obrigações tributárias (PC)	557	-10.970
6.01.02.08	Demais contas a pagar (PC)	1.686	-2.433
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	0	-9.238
6.01.02.10	Contas a receber de clientes (AC)	-200	0
6.01.03	Outros	8.181	9.158
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	0	9.238
6.01.03.02	Depósitos judiciais (ANC)	15	0
6.01.03.03	Despesas antecipadas (ANC)	-1.732	5
6.01.03.04	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-119	-399
6.01.03.05	Demais contas a pagar (PNC)	4.415	314
6.01.03.06	Benefícios pós-emprego (PNC)	5.602	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	23.551	-1.002.657
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	42.728	446.681
6.02.02	Aporte de capital em controladas	-3.559	-1.450.000
6.02.03	Receita com a venda de bens	0	662
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-5.595	0
6.02.05	Aquisição de intangível	-10.023	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	693.278	-407.279
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	994.996	0
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-43.083	-55.385
6.03.04	Dividendos pagos	-260.004	-378.469
6.03.06	Sociedades relacionadas	3.690	26.575
6.03.07	Contraprestação de arrendamento	-2.321	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	972.852	-102.432
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.580	172.315
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.015.432	69.883

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	334.979	3.995.414	0	-43.890	9.458.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	334.979	3.995.414	0	-43.890	9.458.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-204.928	0	-475	0	-205.403
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado Próprio	0	2.189	0	0	0	2.189
5.04.09	Instrumento Patrimonial Outorgado de Controladas	0	1.281	0	0	0	1.281
5.04.10	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-261.470	0	0	0	-261.470
5.04.12	Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	0	53.072	0	0	0	53.072
5.04.13	Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais	0	0	0	-516	0	-516
5.04.14	Transações com sócios - alterações de participação	0	0	0	41	0	41
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.925	-338.358	-136.433
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.925	0	201.925
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-338.358	-338.358
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	136.122	136.122
5.05.02.07	Ajustes de Instrumentos Financeiros Próprios	0	0	0	0	432	432
5.05.02.08	Ajustes de Instrumentos Financeiros de Controladas	0	0	0	0	-474.912	-474.912
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-93	0	93	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-93	0	93	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	129.958	3.995.414	201.543	-382.248	9.116.419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-106.119	0	208	0	-105.911
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	3.236	0	0	0	3.236
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355
5.04.10	Ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiten NE	0	0	0	208	0	208
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.262	7.670	349.932
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.262	0	342.262
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.670	7.670
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-5.886	-5.886
5.05.02.06	Ganhos Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	238	238
5.05.02.07	Ajustes de Instrumentos Financeiros Próprios	0	0	0	0	-295	-295
5.05.02.08	Ajustes de Instrumentos Financeiros de Controladas	0	0	0	0	13.613	13.613
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-97	0	72	0	-25
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-97	0	97	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-25	0	-25
5.07	Saldos Finais	5.171.752	69.177	4.099.092	342.542	9.538	9.692.101

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	79.685	4.848
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	79.685	4.848
7.03	Valor Adicionado Bruto	79.685	4.848
7.04	Retenções	-2.825	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.825	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	76.860	4.848
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	249.911	400.896
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	218.142	324.557
7.06.02	Receitas Financeiras	31.769	76.339
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	326.771	405.744
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	326.771	405.744
7.08.01	Pessoal	61.447	3.539
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.826	2.248
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.573	57.695
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	201.925	342.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	201.925	342.262

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	34.088.217	31.195.472
1.01	Ativo Circulante	15.650.392	15.058.055
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.805.191	2.115.379
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.174.857	3.090.212
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.003.686	2.190.979
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.171.171	899.233
1.01.03	Contas a Receber	3.592.909	4.112.417
1.01.03.01	Clientes	3.505.608	4.072.022
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	3.008.662	3.635.834
1.01.03.01.02	Financiamentos a Clientes	496.946	436.188
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	87.301	40.395
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	86.580	36.765
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	721	3.630
1.01.04	Estoques	2.970.181	3.715.560
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.476.107	1.447.678
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.476.107	1.447.678
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes a Recuperar	436.907	325.343
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.039.200	1.122.335
1.01.07	Despesas Antecipadas	158.162	111.355
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	472.985	465.454
1.01.08.03	Outros	472.985	465.454
1.01.08.03.01	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	472.985	465.454
1.02	Ativo Não Circulante	18.437.825	16.137.417
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.466.069	4.639.531
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.389.442	429.602
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	78.033	76.904
1.02.01.04	Contas a Receber	473.983	421.844
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes	86.590	53.666
1.02.01.04.02	Finaciamento a Clientes	384.095	364.748
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	3.298	3.430
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.016.599	653.694
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.016.599	653.694
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	87.761	69.216
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.419.761	2.987.781
1.02.01.10.03	Imposto de Renda e Contruibuição Social a Recuperar	103.346	104.947
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	949.745	921.443
1.02.01.10.05	Ativo de indenização - combinação de negócios	193.444	193.496
1.02.01.10.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.127.439	1.000.535
1.02.01.10.07	Demais Tributos a Recuperar	1.045.787	767.360
1.02.02	Investimentos	166.600	181.619
1.02.02.01	Participações Societárias	166.600	181.619

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	25.451	25.750
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	138.356	153.076
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	2.793	2.793
1.02.03	Imobilizado	10.034.706	9.553.674
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.899.251	7.572.762
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.135.455	1.980.912
1.02.04	Intangível	1.770.450	1.762.593

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	34.088.217	31.195.472
2.01	Passivo Circulante	6.484.961	5.195.069
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	439.069	405.636
2.01.02	Fornecedores	2.538.294	2.700.071
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.831.570	2.353.206
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.301.164	1.897.256
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais - convênio	530.406	455.950
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	706.724	346.865
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	457.452	261.222
2.01.02.02.02	Fornecedores Estrangeiros - convênio	249.272	85.643
2.01.03	Obrigações Fiscais	316.582	434.679
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.835.759	1.323.837
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.335.101	867.871
2.01.04.02	Debêntures	262.115	249.570
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	238.543	206.396
2.01.05	Outras Obrigações	279.150	257.593
2.01.05.02	Outros	279.150	257.593
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.895	16.694
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	234.872	213.273
2.01.05.02.05	Receita Diferida	26.383	27.626
2.01.06	Provisões	76.107	73.253
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.096	40.455
2.01.06.02	Outras Provisões	34.011	32.798
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.283	3.847
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	29.728	28.951
2.02	Passivo Não Circulante	18.095.263	16.165.228
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.703.689	14.657.558
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.951.792	6.907.113
2.02.01.02	Debêntures	6.215.164	6.368.168
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.536.733	1.382.277
2.02.02	Outras Obrigações	154.223	194.031
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.877	3.925
2.02.02.02	Outros	150.346	190.106
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	150.346	190.106
2.02.03	Tributos Diferidos	33.696	7.531
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.696	7.531
2.02.04	Provisões	1.203.655	1.306.108
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	846.728	884.140
2.02.04.02	Outras Provisões	356.927	421.968
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	46.008	47.395
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	247.064	243.916
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	63.063	130.657
2.02.04.02.06	Provisão para passivo a descoberto de empreendimento controlado em conjunto	792	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.507.993	9.835.175
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.02	Reservas de Capital	610.912	554.370
2.03.02.07	Reservas de Capital	595.472	542.400
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	15.440	11.970
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.429	4.522
2.03.04	Reservas de Lucros	3.510.031	3.771.501
2.03.04.01	Reserva Legal	705.341	705.341
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.290.073	3.290.073
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	261.470
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	201.543	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-620.797	-146.317
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	238.549	102.427
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	391.574	376.920

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.876.234	37.263.372	21.692.645	42.431.898
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.825.003	-34.802.194	-20.286.893	-39.581.566
3.03	Resultado Bruto	1.051.231	2.461.178	1.405.752	2.850.332
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-864.670	-1.801.008	-1.104.130	-2.138.816
3.04.01	Despesas com Vendas	-582.106	-1.196.737	-602.724	-1.309.419
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-293.240	-703.121	-415.629	-799.474
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-26.241	-56.516	-93.833	-65.640
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	50.187	181.064	11.134	45.765
3.04.05.01	Resultado na venda de bens	13.972	20.910	1.027	-1.055
3.04.05.02	Outros resultados operacionais, líquidos	36.215	160.154	10.107	46.820
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.270	-25.698	-3.078	-10.048
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	186.561	660.170	301.622	711.516
3.06	Resultado Financeiro	-80.328	-247.958	-92.176	-91.348
3.06.01	Receitas Financeiras	53.113	235.164	132.139	276.288
3.06.02	Despesas Financeiras	-133.441	-483.122	-224.315	-367.636
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	106.233	412.212	209.446	620.168
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-56.205	-193.318	-88.713	-256.882
3.08.01	Corrente	-111.343	-219.632	-120.061	-259.448
3.08.02	Diferido	55.138	26.314	31.348	2.566
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.028	218.894	120.733	363.286
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	50.028	218.894	120.733	363.286
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	41.066	201.925	108.601	342.262
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.962	16.969	12.132	21.024
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03770	0,18560	0,09480	0,31560
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,03750	0,18450	0,09960	0,31380

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	50.028	218.894	120.733	363.286
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-42.701	-338.358	8.763	7.691
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ próprio, líquido	430	432	-301	-295
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-56.739	-476.773	21.906	16.001
4.02.03	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	-640	1.861	-2.413	-2.367
4.02.04	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	14.248	136.122	-10.429	-5.886
4.02.05	Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	0	0	238
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.327	-119.464	129.496	370.977
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.635	-136.433	117.364	349.932
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.962	16.969	12.132	21.045

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.802.751	1.527.246
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.641.759	1.756.244
6.01.01.01	Lucro líquido do período	218.894	363.286
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	25.698	10.048
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv	150.854	177.818
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	458.512	416.867
6.01.01.05	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	8.794	7.330
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	614.526	547.849
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-26.314	-2.566
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	-20.910	1.055
6.01.01.09	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	56.516	65.637
6.01.01.10	Provisão para perda em estoques	-1.800	13.276
6.01.01.11	Provisão para benefício pós-emprego	-2.896	-3.299
6.01.01.12	Demais provisões e ajustes	-2.214	2.449
6.01.01.13	Amortização de ativos de direito de uso	158.628	153.257
6.01.01.14	Instrumento patrimonial outorgado	3.471	3.237
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	899.038	-59.233
6.01.02.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (AC)	517.590	155.421
6.01.02.02	Estoques (AC)	752.595	77.310
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	-28.429	-138.899
6.01.02.04	Seguro e demais contas a receber (AC)	-49.815	-28.242
6.01.02.05	Despesas antecipadas (AC)	-74.316	-13.617
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	-218.037	-225.368
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	33.433	-58.869
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	-39.041	-38.782
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	-20.917	122.922
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego (PC)	777	-2.497
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	1.641	13.594
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	20.082	64.399
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	-1.243	9.666
6.01.02.15	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	4.718	3.729
6.01.03	Outros	-738.046	-169.765
6.01.03.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (ANC)	-52.271	54.730
6.01.03.02	Impostos a recuperar (ANC)	-276.826	15.392
6.01.03.03	Depósitos judiciais (ANC)	-28.302	-31.044
6.01.03.04	Demais contas a receber (ANC)	184	-14
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-14.578	-18.463
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	6.044	1.838
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-37.412	-16.405
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	-40.167	32.500
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	0	-2.129
6.01.03.11	Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-236.579	-126.334
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-58.139	-79.836

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-81.528	-953.602
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	312.119	-488.278
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-354.487	-424.798
6.02.04	Aquisição de intangível	-78.607	-47.088
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-10.000	-8.750
6.02.07	Receita com a venda de bens	49.447	15.312
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-145.283	-1.600.146
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	1.611.155	1.997.984
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	-984.871	-2.063.895
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-336.187	-1.003.282
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	-172.273	-155.148
6.03.05	Dividendos pagos	-263.059	-380.573
6.03.06	Sociedades relacionadas	-48	-48
6.03.07	Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiten Nordeste	0	-2.180
6.03.08	Aumento de capital realizado por acionista não controladores da Iconic	0	6.996
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	113.872	-3.147
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.689.812	-1.029.649
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.115.379	3.938.951
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.805.191	2.909.302

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	334.979	3.995.414	0	-43.890	9.458.255	376.920	9.835.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	334.979	3.995.414	0	-43.890	9.458.255	376.920	9.835.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-204.928	0	-475	0	-205.403	-2.315	-207.718
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado Próprio	0	2.189	0	0	0	2.189	0	2.189
5.04.09	Instrumento Patrimonial Outorgado de Controladas	0	1.281	0	0	0	1.281	0	1.281
5.04.10	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-261.470	0	0	0	-261.470	0	-261.470
5.04.11	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-2.790	-2.790
5.04.15	Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	0	53.072	0	0	0	53.072	0	53.072
5.04.16	Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais	0	0	0	-516	0	-516	516	0
5.04.17	Transações com sócios - alterações de participação	0	0	0	41	0	41	-41	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.925	-338.358	-136.433	16.969	-119.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.925	0	201.925	16.969	218.894
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-338.358	-338.358	0	-338.358
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	136.122	136.122	0	136.122
5.05.02.07	Ajustes de Instrumentos Financeiros Próprio	0	0	0	0	432	432	0	432
5.05.02.08	Ajustes de Instrumentos Financeiros de Controladas	0	0	0	0	-474.912	-474.912	0	-474.912
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-93	0	93	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-93	0	93	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	129.958	3.995.414	201.543	-382.248	9.116.419	391.574	9.507.993

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-106.119	0	208	0	-105.911	3.060	-102.851
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	3.236	0	0	0	3.236	0	3.236
5.04.09	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-1.548	-1.548
5.04.10	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355	0	-109.355
5.04.11	Ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiteno NE	0	0	0	208	0	208	-208	0
5.04.12	Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno NE	0	0	0	0	0	0	-2.180	-2.180
5.04.13	Aumento de capital realizado por acionista não-controlador da Iconic	0	0	0	0	0	0	6.996	6.996
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.262	7.670	349.932	21.045	370.977
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.262	0	342.262	21.024	363.286
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.670	7.670	21	7.691
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-5.886	-5.886	0	-5.886
5.05.02.06	Ganhos Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	238	238	0	238
5.05.02.07	Ajustes de Instrumentos Financeiros Próprio	0	0	0	0	-295	-295	0	-295
5.05.02.08	Ajustes de Instrumentos Financeiros de Controladas	0	0	0	0	13.613	13.613	21	13.634
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-97	0	72	0	-25	0	-25
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-97	0	97	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-25	0	-25	0	-25
5.07	Saldos Finais	5.171.752	69.177	4.099.092	342.542	9.538	9.692.101	376.029	10.068.130

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	39.148.896	44.197.827
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.291.507	44.423.385
7.01.02	Outras Receitas	-86.095	-159.918
7.01.02.01	Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	64.759	17.900
7.01.02.02	Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-150.854	-177.818
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-56.516	-65.640
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.051.522	-40.987.384
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-32.142.487	-36.838.490
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.157.296	-1.289.611
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-19.808	-9.361
7.02.04	Outros	-2.731.931	-2.849.922
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-2.731.931	-2.849.922
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.097.374	3.210.443
7.04	Retenções	-625.934	-577.454
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-617.140	-570.124
7.04.02	Outras	-8.794	-7.330
7.04.02.01	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	-8.794	-7.330
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.471.440	2.632.989
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	266.692	334.064
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-25.698	-10.048
7.06.02	Receitas Financeiras	235.164	276.288
7.06.03	Outros	57.226	67.824
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	57.226	67.824
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.738.132	2.967.053
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.738.132	2.967.053
7.08.01	Pessoal	932.672	1.072.128
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.184.221	1.176.602
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	402.345	355.037
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.894	363.286
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.894	363.286

Comentário do Desempenho

Divulgação dos resultados 2T20



São Paulo, 12 de agosto de 2020 – A **Ultrapar Participações S.A.** (“Companhia” ou “Ultrapar”, B3: UGPA3 / NYSE: UGP), com atuação na cadeia de óleo e gás através da Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo, especialidades químicas através da Oxiteno e varejo farmacêutico com a Extrafarma, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2020.

Receita líquida	EBITDA Ajustado	Lucro líquido
R\$ 16 bilhões	R\$ 611 milhões	R\$ 50 milhões
Investimentos	Fluxo de caixa das operações 1S20	Valor de mercado
R\$ 361 milhões	R\$ 1,8 bilhão	R\$ 20 bilhões

Principais destaques

A pandemia do novo coronavírus gerou impactos profundos e impôs desafios para as empresas, governos e sociedade em geral, acelerando tendências e trazendo mudanças estruturais. Apesar do cenário de incertezas, a perspectiva é de recuperação gradual nos negócios e na economia, impulsionados pelas ações da iniciativa privada, pelos estímulos dos governos e pela flexibilização das medidas de restrição à movimentação de pessoas.

Atuamos prontamente em diversas frentes para garantir a saúde e segurança dos nossos colaboradores e clientes, apoiar os nossos parceiros e revendedores, assegurar liquidez financeira e garantir que nossos serviços essenciais fossem mantidos para a população. Reforçamos nossas iniciativas sociais para contribuir com o combate à pandemia.

Apesar dos impactos relevantes que afetaram os resultados da Ipiranga, o desempenho do trimestre foi marcado pela resiliência do portfólio da Ultrapar, que viu seus demais negócios apresentarem resultados crescentes e robustos. As medidas de contenção de caixa, como contingenciamento dos investimentos e despesas, combinadas com uma melhora no capital de giro, possibilitaram uma forte geração de caixa e uma ligeira redução da nossa alavancagem financeira. Em julho realizamos a reabertura dos bonds com vencimento em 2029 no mercado internacional e captamos US\$ 350 milhões, fortalecendo nossa liquidez e melhorando o perfil da nossa dívida. Adicionalmente, anunciamos a criação da nossa empresa de pagamentos digitais, para alavancar as estruturas já existentes do abastece aí e do Km de Vantagens e abrir um novo caminho para crescimento.

E tudo isso só foi possível graças à dedicação, agilidade e flexibilidade das nossas equipes para se adaptarem a essa nova realidade, mantendo a eficiência e produtividade de sempre, o que nos motiva e incentiva a seguir nosso propósito.

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas de acordo com as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Companhia. As informações da Ultragas, Ultracargo, Oxiten, Ipiranga e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Ressaltamos que todas as informações financeiras apresentadas nesse documento contemplam a adoção à norma IFRS 16 e a segregação de certas despesas da *Holding*.

As informações denominadas EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização - LAJIDA); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade e pelo resultado de *cash flow hedge* dos *bonds*; e EBIT (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - LAJIR) estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	Trimestre			Semestre	
	2T20	2T19	1T20	1S20	1S19
Lucro líquido	50,0	120,7	168,9	218,9	363,3
(+) IR e contribuição social	56,2	88,7	137,1	193,3	256,9
(+) Despesa (receita) financeira líquida	80,3	92,2	167,6	248,0	91,3
(+) Depreciação e amortização	313,4	281,3	303,7	617,1	570,1
EBITDA	500,0	583,0	777,3	1.277,3	1.281,6
Ajuste					
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga e Ultragas)	68,0	94,2	82,9	150,9	177,8
(+) Resultado de <i>cash flow hedge</i> dos <i>bonds</i>	43,1	-	19,6	62,7	-
EBITDA Ajustado	611,0	677,2	879,8	1.490,9	1.459,5
Não recorrentes					
(+) TAC (Ultracargo)	-	52,5	-	-	52,5
(-) Créditos tributários (Oxiten)	-	-	(70,9)	(70,9)	-
(-) Créditos tributários (Ultracargo)	(11,7)	-	-	(11,7)	-
EBITDA ex-não recorrentes	599,3	729,7	808,9	1.408,2	1.512,0

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



COVID-19

Ações para combate à crise

Desde o início da crise, a Ultrapar e suas subsidiárias vêm atuando em inúmeras frentes para garantir a segurança de seus colaboradores, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira da Companhia. Todas as atividades das empresas controladas pela Ultrapar são classificadas como essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia, nos termos do Decreto nº 10.282/20, que regulamenta a Lei nº 13.979/20.

Adotamos com agilidade o regime de *home office* para o público administrativo, oferecendo todo o suporte necessário para o andamento das atividades. Além das preocupações básicas de segurança com nossos colaboradores, praticamos diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como lives direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo nosso princípio de valorização das pessoas.

Por meio de um comitê multidisciplinar, estruturamos um plano de retomada gradual para a volta de nossos colaboradores das áreas administrativas aos escritórios, a partir da adequação de nossos locais de trabalho através de inúmeras medidas preventivas e intensificação da limpeza e segurança, conforme as orientações dos governos estaduais e municipais.

Com o objetivo de preservar o compromisso de manter os nossos colaboradores nos respectivos postos de trabalho e mitigar os impactos da crise, nos adaptamos às flexibilizações trabalhistas anunciadas pelo governo, como redução de jornada e/ou de salário, suspensão de contratos e reorganização do plano de férias, conforme necessidade.

Durante o segundo trimestre, a Companhia continuou implementando ações para contribuir com o empenho nacional de combate à crise, dentre as quais destacamos:

- Participação em parceria com o BNDES na iniciativa de *matchfunding* Salvando Vidas, para apoio à maior rede de Hospitais Filantrópicos do Brasil, responsável por mais de 50% dos atendimentos do SUS;
- Instalação e entrega de GLP pela Ultragaz em 5 hospitais de campanha nos Estados de São Paulo e Bahia;
- Doação pela Ultragaz de 650 mil pedras de sabão biodegradável feitas de óleo de cozinha reutilizável para comunidades carentes de 42 cidades em 4 Estados brasileiros;
- Doação de cerca de 6.500 cestas básicas a comunidades carentes de Salvador e Aracaju pela Ultragaz;
- Doação de cargas de GLP, pela Ultragaz, para 8.000 famílias em comunidades carentes de SP;
- Doação, pela Oxiten, de 180 cestas básicas para o Fundo Social de Solidariedade de Suzano (SP), vinculado à Prefeitura Municipal, e doação de materiais de higiene e limpeza e alimentos para Tremembé (SP);
- Doação de máscaras e luvas pela Extrafarma e Ultracargo nos Estados do Maranhão, Pará e Ceará;
- Doação de equipamentos e leitos hospitalares para o hospital de campanha Estado do Maranhão, hospitais públicos do Estado do Pará e para o hospital Alfa em Recife (Associação Porto Social), pela Ultracargo;
- Doação, pela Ultracargo, de 3.000 cestas básicas no entorno dos terminais nos Estados do Maranhão, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo;
- Contribuição financeira realizada pela Oxiten, para compra de cestas básicas, através de cartão-alimentação, para famílias de baixa renda nas comunidades do entorno de suas unidades. Além do aporte da empresa, a ação permitiu doação voluntária por parte dos funcionários – parceria com a ONG Gerando Falcões;
- Utilização do Programa Saúde na Estrada da Ipiranga para distribuição de kits de vacinação;

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



- Apoio institucional ao Instituto Estáter (IE) e Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) na campanha de conscientização para ajudar grupos vulneráveis no enfrentamento à COVID-19.

Além da continuidade das ações iniciadas no primeiro trimestre, tais como:

- Pacote de ajuda para revendedores Ipiranga, incluindo antecipação dos créditos das vendas pelo aplicativo Abastece Aí, postergação de pagamentos de aluguéis e financiamentos e suspensão temporária de cláusulas de performance de volume;
- Doação da Ipiranga para construção de hospital em Porto Alegre, junto à Gerdau, Hospital Moinhos de Vento, Grupo Zaffari e outras empresas;
- Doação via Instituto Brasileiro de Petróleo para construção de hospital de campanha no Rio de Janeiro e doação de álcool 70° para hospitais públicos do país, além de compra de máscaras e álcool gel para distribuição por parte da Ipiranga;
- Disponibilização de 100 mil litros de álcool gel a preço de custo para as lojas franqueadas, além de incremento de mix de produtos e parcerias com iFood e Uber Eats, por parte da rede de conveniência am/pm;
- Participação em doação coletiva de aparelhos de respiração junto às empresas do Polo Petroquímico de Camaçari, por parte da Oxiten, da Ultragaz e da Ultracargo.

Impactos operacionais 2T20

- A **Ultragaz** apresentou queda no volume vendido no segmento granel, em função da menor demanda das indústrias e de pequenas e médias empresas, que foram diretamente impactadas pelas medidas de isolamento social. No entanto, esse efeito foi compensado pelo aumento nas vendas no segmento envasado, em razão da maior demanda de GLP para uso residencial. Na parte de custos e despesas, a Ultragaz incorreu em gastos adicionais com fretes, devido à necessidade de retiradas de GLP em polos de abastecimento mais distantes, materiais de proteção e contratação de mão de obra temporária, além de diversas doações para hospitais de campanha e comunidades carentes. Não houve registro de aumento de inadimplência no período.
- A **Ultracargo** registrou uma menor movimentação de combustíveis em relação ao 1T20, fruto da retração da demanda, atenuada por contratações spot. Adicionalmente, foram registrados cerca de R\$ 2 milhões em despesas extras com materiais de proteção e doações. A atuação em medidas de ganho de produtividade e a recuperação de créditos fiscais contribuíram para a melhora de resultados no trimestre.
- Na **Oxiten**, os segmentos de tintas, automotivo e óleo & gás sofreram retração na demanda, efeito que foi parcialmente compensado pelo maior volume de vendas nos segmentos de *Home & Personal Care* e *Crop Solutions*. Para minimizar os efeitos da pandemia, a gestão da Oxiten atuou rapidamente em medidas de contingenciamento dos custos e despesas, contribuindo para uma melhora nos resultados.
- A **Ipiranga** foi o negócio mais impactado pela crise em função das medidas de distanciamento social. Em abril, os volumes vendidos de ciclo Otto e diesel registraram uma queda de 37% e 17%, respectivamente, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em maio e junho os volumes vendidos registraram importante e gradual recuperação em relação a abril. Adicionalmente, a forte volatilidade nos preços de petróleo e derivados a partir do final de março, combinada com uma queda abrupta no preço do etanol em abril, ocasionaram perdas significativas de estoque no trimestre. Para mitigar esses efeitos, a Ipiranga realizou iniciativas para contenção de caixa e redução de despesas em diversas áreas, que possibilitaram a redução das despesas gerais, administrativas e de vendas em 32% na comparação anual. O nível de inadimplência registrado apresentou ligeiro aumento e manteve-se em patamares aceitáveis para o período.

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



- A **Extrafarma** apresentou queda no faturamento de aproximadamente R\$ 45 milhões, principalmente em função do fechamento temporário de lojas localizadas em shoppings e da redução do fluxo de clientes nas lojas que permaneceram abertas. Em contrapartida, esta queda foi parcialmente compensada pelo rápido reforço ou expansão das operações de vendas através de canais como delivery e parcerias com aplicativos de entrega. Adicionalmente, a aprovação da MP 936 pelo governo, envolvendo a suspensão de contratos e redução temporária de salários, bem como outras iniciativas internas de ganho de produtividade, contribuíram para uma redução de despesas no patamar de R\$ 8 milhões, minimizando o impacto no resultado do trimestre.

Liquidez

Com o objetivo de reforçar a liquidez e posição de caixa da Companhia, tendo em vista a incerteza gerada pela pandemia, ao final de março e início de abril de 2020, a Ultrapar e suas subsidiárias contrataram R\$ 1,5 bilhão em novos financiamentos com vencimento em um ano. Desse total, R\$ 1,3 bilhão foi obtido por meio de emissão de notas promissórias com crédito em abril. Além disso, como medida de contenção de caixa, a Companhia anunciou em abril a redução de até 30% em seu plano de investimentos para 2020 e, em agosto, a Administração optou pelo não pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício corrente. Como consta no Estatuto Social, os dividendos mínimos obrigatórios serão pagos após a divulgação dos resultados do ano.

Em julho de 2020, a Ultrapar realizou a reabertura dos *bonds* emitidos no mercado internacional com vencimento em 2029 e captou US\$ 350 milhões com cupom de 5,25% ao ano. Os recursos serão utilizados para pagamento de dívidas com vencimento no curto prazo, permitindo o alongamento do perfil da dívida da Companhia, além de reforçar a posição de caixa.

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Ultragaz

	2T20	2T19	1T20	Δ 2T20 v 2T19	Δ 2T20 v 1T20	1S20	1S19	Δ 1S20 v 1S19
Volume total (mil tons)	432	421	421	3%	3%	854	816	5%
Envasado	313	289	288	8%	9%	600	559	7%
Granel	120	132	134	(9%)	(10%)	253	257	(1%)
EBITDA (R\$ milhões)	206	122	147	69%	40%	353	231	53%

Desempenho operacional – O volume vendido da Ultragaz no 2T20 apresentou crescimento de 3% em relação ao 2T19, em linha com o crescimento do mercado no período. No segmento envasado, o volume cresceu 8% em relação ao 2T19, em função do aumento do consumo residencial, que foi impulsionado pelas restrições impostas pela pandemia. No segmento granel, o volume foi 9% menor, com queda nas vendas para comércios, serviços e indústrias, setores mais afetados pelas medidas de isolamento, enquanto os demais segmentos apresentaram forte crescimento no período.

Receita líquida – Total de R\$ 1.723 milhões (-3%), em função dos reajustes de preços do GLP pela Petrobras e mix de vendas (maior volume no envasado e menor volume no granel).

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 1.442 milhões (-7%), principalmente em função dos reajustes de preço do GLP pela Petrobras, atenuados pelo maior volume de vendas e aumento nos gastos com fretes, devido à necessidade de retiradas de GLP em polos de abastecimento mais distantes.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 136 milhões (-11%), em função de menores despesas com pessoal, menor provisão para créditos de liquidação duvidosa e iniciativas para contenção de despesas em geral. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento nas despesas com frete, decorrente do maior volume de vendas, além de maiores gastos com materiais de proteção e doações para o combate à pandemia.

EBITDA – Total de R\$ 206 milhões (+69%), devido ao aumento no volume de vendas e maior eficiência operacional, com redução de despesas.

Investimentos – Foram investidos R\$ 66 milhões, direcionados à reposição e aquisição de vasilhames, instalações em novos clientes Ultrasytem e segurança operacional.

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Ultracargo

	2T20	2T19	1T20	Δ 2T20 v 2T19	Δ 2T20 v 1T20	1S20	1S19	Δ 1S20 v 1S19
Capacidade estática ¹ (mil m³)	832	700	822	19%	1%	827	700	18%
m³ faturado (mil m³)	2.963	2.549	3.149	16%	(6%)	6.112	5.144	19%
EBITDA ex-não recorrentes² (R\$ milhões)	80	59	91	35%	(12%)	170	119	44%
EBITDA (R\$ milhões)	92	7	91	n/a	1%	182	66	175%

¹ Média mensal² Não considera o efeito do TAC no 2T19 e de créditos tributários no 2T20

Desempenho operacional – A capacidade estática média da Ultracargo aumentou 19% em relação ao 2T19, fruto das expansões de capacidade em Santos e Itaquí nos últimos doze meses, enquanto o m³ faturado cresceu 16%, devido principalmente à maior movimentação de combustíveis e à maior capacidade instalada, além da maior movimentação spot em Aratu.

Receita líquida – Total de R\$ 155 milhões no 2T20 (+23%), impulsionada pelo aumento na movimentação de combustíveis, novos contratos e movimentações spot.

Custo dos serviços prestados – Total de R\$ 66 milhões (+9%), fruto dos aumentos de capacidade entre os períodos. O custo dos serviços prestados por m³ faturado apresentou redução de 6%, refletindo ganho de produtividade.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 28 milhões (-6%), principalmente em função de menores despesas com pessoal e depreciação, atenuadas por maiores despesas com materiais de proteção e doações para o combate à pandemia.

Outros resultados operacionais – Aumento de R\$ 59 milhões em relação ao 2T19, resultado principalmente de créditos extraordinários de PIS/COFINS no montante de R\$ 12 milhões no 2T20 e do Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") no valor de R\$ 53 milhões registrado no 2T19. Em relação ao 1T20, o aumento foi de R\$ 7 milhões, em função da constituição dos créditos extraordinários, efeito parcialmente compensado pelo crédito da Eletrobrás de R\$ 4 milhões registrado no trimestre passado.

EBITDA – Total de R\$ 92 milhões, resultado recorde registrado pela Ultracargo. Excluindo os efeitos de créditos tributários extraordinários no 2T20 e pagamento do TAC no 2T19, houve um aumento de 35%, devido às expansões de capacidade em Santos e Itaquí, ao aumento das movimentações spot e às menores despesas. Em relação ao 1T20, o EBITDA permaneceu praticamente no mesmo patamar, apesar da menor movimentação, em função da redução de despesas e créditos extraordinários citados anteriormente.

Investimentos – Na Ultracargo, os investimentos no período foram de R\$ 26 milhões, direcionados principalmente à expansão de Itaquí, manutenção e segurança operacional dos terminais. Destaque para a obtenção do alvará de construção no novo terminal de Vila do Conde (PA) em julho, possibilitando o início antecipado das obras.

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Oxíteno

	2T20	2T19	1T20	Δ 2T20 v 2T19	Δ 2T20 v 1T20	1S20	1S19	Δ 1S20 v 1S19
Dólar médio (R\$/US\$)	5,39	3,92	4,46	38%	21%	4,92	3,84	28%
Volume total (mil tons)	166	183	181	(9%)	(8%)	347	364	(5%)
Especialidades	139	146	148	(5%)	(6%)	287	294	(2%)
Commodities	28	38	32	(27%)	(15%)	60	70	(14%)
Vendas no Brasil	111	132	128	(16%)	(13%)	238	256	(7%)
Vendas no mercado externo	56	51	53	9%	5%	109	107	1%
EBITDA ex-não recorrentes¹ (R\$ milhões)	162	45	122	261%	33%	283	84	236%
EBITDA (R\$ milhões)	162	45	193	261%	(16%)	354	84	320%

¹ Não considera créditos tributários no 1T20

Desempenho operacional – O volume de especialidades químicas apresentou queda de 5% na comparação com o 2T19, devido a menores vendas em alguns segmentos do mercado interno, impactados pela pandemia do coronavírus, atenuadas por um aumento das vendas para os segmentos de *Home & Personal Care* e *Crop Solutions*, além de maiores exportações do Brasil e maiores vendas nos Estados Unidos.

Receita líquida – Total de R\$ 1.201 milhões (+13%), em função da desvalorização de 38% do Real frente ao dólar (R\$ 1,47/US\$), atenuada pela redução de 6% dos preços médios em dólar, seguindo a queda dos preços de petroquímicos no mercado internacional e pela queda do volume.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 973 milhões (+8%), devido à desvalorização de 38% do Real frente ao dólar (R\$ 1,47/US\$), atenuada pelo menor volume de vendas e pela menor provisão para reavaliação de estoques. O custo dos produtos vendidos em US\$ por tonelada reduziu 13% no trimestre em relação ao 2T19, principalmente em função da queda no custo do eteno.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 179 milhões (+3%), decorrente de maiores gastos com fretes internacionais, devido ao aumento nas exportações, e da desvalorização do Real frente ao dólar, atenuados pelas iniciativas de redução de despesas. Em relação ao 1T20, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 8%, em função da redução nas despesas com pessoal e frete, decorrente do menor volume vendido.

EBITDA – Total de R\$ 162 milhões (+261%), em razão da melhora nas margens de contribuição em dólares, fruto do mix de vendas e do *ramp up* da planta dos Estados Unidos, e do Real 38% mais desvalorizado frente ao dólar (R\$ 1,47/US\$), atenuados pelo impacto do câmbio nas despesas. Em relação ao 1T20, excluindo o efeito não recorrente dos créditos tributários extemporâneos de R\$ 71 milhões, o EBITDA aumentou 33%, devido à desvalorização do Real e às menores despesas, atenuadas pelo menor volume de vendas.

Investimentos – Os investimentos no período foram de R\$ 42 milhões, direcionados, principalmente, à manutenção e segurança das unidades produtivas.

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Ipiranga

	2T20	2T19	1T20	Δ 2T20 v 2T19	Δ 2T20 v 1T20	1S20	1S19	Δ 1S20 v 1S19
Volume total (mil m³)	4.626	5.610	5.490	(18%)	(16%)	10.116	11.197	(10%)
Diesel	2.582	2.787	2.722	(7%)	(5%)	5.304	5.461	(3%)
Ciclo Otto	1.958	2.721	2.669	(28%)	(27%)	4.626	5.532	(16%)
Outros ¹	86	102	99	(16%)	(14%)	185	204	(9%)
EBITDA (R\$ milhões)	179	511	480	(65%)	(63%)	659	1.108	(41%)

¹ Óleos combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas

Desempenho operacional – A Ipiranga apresentou redução de 18% no volume vendido em relação ao 2T19, em função dos efeitos da pandemia que impactaram de forma significativa o consumo de combustíveis no Brasil, principalmente em abril, com recuperação gradual em maio e junho. O ciclo Otto, segmento mais afetado, registrou redução no volume vendido de 28% no trimestre, enquanto o volume de diesel reduziu 7%. Em relação ao 1T20, o volume foi 16% menor, com queda de 27% no ciclo Otto e 5% no diesel.

Receita líquida – Total de R\$ 12.350 milhões (-32%), em função do menor volume de vendas e da queda nos custos médios unitários dos produtos derivados de petróleo e do etanol especialmente em março e abril de 2020. Em relação ao 1T20, a receita líquida apresentou redução de 31%.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 12.035 milhões (-31%), devido principalmente ao menor volume de vendas e à queda no custo médio unitário da Ipiranga, decorrente das reduções consecutivas de preços da Petrobras no final de março e ao longo de abril.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 362 milhões (-32%), em função principalmente da redução nas despesas com frete (menor volume de vendas), marketing e pessoal, além da menor provisão para créditos de liquidação duvidosa (recuperação judicial de cliente no 2T19) e contingenciamentos de despesas em várias frentes.

Outros resultados operacionais – Total de R\$ 22 milhões (-47%), devido à constituição de créditos tributários extraordinários de PIS/COFINS no 2T19.

Resultado na venda de bens – Total de R\$ 14 milhões, devido à venda de terrenos no período.

EBITDA – Total de R\$ 179 milhões (-65%), em função da forte perda de estoque no período e da queda abrupta no volume de vendas, efeitos parcialmente atenuados pelas iniciativas de contingenciamento de despesas.

Investimentos – Foram investidos R\$ 201 milhões, direcionados à ampliação e manutenção das redes de postos e franquias e à infraestrutura logística da Ipiranga. Do total investido, R\$ 34 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 90 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 77 milhões a liberações de financiamento a clientes e antecipação de aluguel, líquidos de recebimento. A Ipiranga encerrou o 2T20 com 7.105 postos, praticamente em linha com o 1T20.

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Extrafarma

	2T20	2T19	1T20	Δ 2T20 v 2T19	Δ 2T20 v 1T20	1S20	1S19	Δ 1S20 v 1S19
Número de lojas (final do período)	410	433	411	(5%)	0%	410	433	(5%)
% de lojas maduras (+3 anos)	62%	47%	60%	15,1 p.p.	2,6 p.p.	62%	47%	15,1 p.p.
Receita bruta (R\$ milhões)	515	559	521	(8%)	(1%)	1.036	1.105	(6%)
EBITDA (R\$ milhões)	14	18	9	(24%)	54%	23	19	17%

Desempenho operacional – A Extrafarma encerrou o 2T20 com 410 lojas, sendo 15 aberturas e 38 fechamentos nos últimos 12 meses, uma redução de 5% na sua base, resultado da maior seletividade na expansão e maior rigor em relação às lojas com baixo desempenho. Ao longo do 2T20, aproximadamente 7% das lojas foram fechadas temporariamente por estarem em shoppings e cerca de 80% das lojas operaram com horário reduzido de funcionamento. Ao final do 2T20, as lojas em maturação (com até três anos de operação) representavam 38% da rede.

Receita bruta – Total de R\$ 515 milhões (-8%), devido principalmente (i) ao número de lojas 5% menor, (ii) ao fechamento temporário de 7% das lojas em shoppings e (iii) ao menor fluxo de clientes, efeitos parcialmente compensados pelo maior faturamento de mesmas lojas em operação (+4,6%), impulsionado pela manutenção de um bom nível de serviço, pelo maior ticket médio e pelo reforço e expansão de vendas através de canais como delivery e parcerias com aplicativos de entrega.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto – O custo do produto vendido totalizou R\$ 343 milhões (-9%), em decorrência da queda nas vendas. O lucro bruto atingiu R\$ 141 milhões (-7%), equivalente a uma margem bruta de 27,5%, 0,5 p.p. superior ao 2T19, devido principalmente às melhores margens no varejo e menor participação nas vendas do segmento atacado, que possui menor margem, apesar da postergação do aumento regulatório de preços (CMED) de abril para junho.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 163 milhões (-15%), devido principalmente ao menor número de lojas e às iniciativas para ganho de produtividade e otimização logística, com destaque para a redução de despesas com pessoal e para a abertura do CD de Guarulhos.

Outros resultados operacionais – Redução de R\$ 17 milhões em relação ao 2T19, decorrente principalmente da constituição de créditos tributários e previdenciários extemporâneos no 2T19.

EBITDA – Total de R\$ 14 milhões (-24%), redução de R\$ 4 milhões em relação ao 2T19, em função dos créditos tributários e previdenciários extemporâneos de R\$ 16 milhões no 2T19. Excluindo esse efeito, apesar da queda de 8% nas vendas impactadas pela pandemia e menor número de lojas, a Extrafarma registrou um crescimento expressivo de EBITDA em função principalmente (i) do processo de depuração implementado e maior rentabilização da rede existente, (ii) iniciativas para ganho de produtividade e redução de despesas e (iii) melhores margens. Em relação ao 1T20, houve um crescimento de 54%, devido principalmente às ações para redução das despesas e ganhos de produtividade, apesar dos impactos da pandemia e menor faturamento.

Investimentos – No 2T20 foram investidos R\$ 6 milhões, direcionados principalmente à tecnologia de informação, manutenção e reforma de lojas.

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Ultrapar

Valores em R\$ milhões	2T20	2T19	1T20	Δ 2T20 v 2T19	Δ 2T20 v 1T20	1S20	1S19	Δ 1S20 v 1S19
Receita líquida	15.876	21.693	21.387	(27%)	(26%)	37.263	42.432	(12%)
Lucro líquido	50	121	169	(59%)	(70%)	219	363	(40%)
Lucro por ação atribuível aos acionistas ²	0,04	0,10	0,15	(62%)	(75%)	0,19	0,32	(41%)
EBITDA ex-não recorrentes ¹	599	730	809	(18%)	(26%)	1.408	1.512	(7%)
EBITDA Ajustado	611	677	880	(10%)	(31%)	1.491	1.459	2%
Investimentos	361	336	350	7%	3%	711	604	18%
Fluxo de caixa das operações	871	1.065	932	(18%)	(7%)	1.803	1.527	18%

¹ Não considera o efeito do TAC da Ultracargo no 2T19, créditos tributários da Oxiteo no 1T20 e créditos tributários da Ultracargo no 2T20

² Calculado em Reais a partir da média ponderada do número de ações ao longo do período, líquido das ações em tesouraria

Receita líquida – Total de R\$ 15.876 milhões (-27%), em função da diminuição na receita líquida da Ipiranga, Ultragaz e Extrafarma, principalmente em função da volatilidade de preços de combustíveis e GLP e da queda nos volumes de vendas na maior parte dos negócios em função da pandemia.

EBITDA Ajustado – Total de R\$ 611 milhões (-10%), devido ao menor EBITDA da Ipiranga e Extrafarma. Excluindo os efeitos dos créditos tributários no 2T20 e do TAC no 2T19, ambos na Ultracargo, o EBITDA totalizou R\$ 599 milhões (-18%).

Depreciação e amortização³ – Total de R\$ 381 milhões (+2%), principalmente em função de maiores amortizações de softwares, veículos e imóveis.

Resultado financeiro – A Ultrapar apresentou despesa financeira líquida de R\$ 80 milhões no 2T20 (-13%), refletindo as menores despesas com juros, parcialmente compensadas pela valorização da ação da Ultrapar sobre os bônus de subscrição (emitidos na incorporação da Extrafarma), que tem efeito negativo no 2T20. Em relação ao 1T20, a redução foi de 52%, explicada principalmente pelo resultado negativo da marcação a mercado do zero cost collar no 1T20.

Lucro líquido – Total de R\$ 50 milhões (-59%), principalmente em função dos impactos da pandemia na Ipiranga, atenuado por uma menor despesa financeira.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais – Geração de R\$ 1.803 milhões no 1S20, comparada a uma geração de R\$ 1.527 milhões no 1S19, devido ao maior desinvestimento em capital de giro no período.

Resultado Holding, coligadas e abastece aí – Em adição aos resultados dos cinco principais negócios, a Ultrapar registrou um impacto negativo de R\$ 40 milhões, composto principalmente de (i) R\$ 22 milhões de despesas da Holding, (ii) R\$ 12 milhões de EBITDA negativo com o abastece aí (nova empresa de pagamentos digitais), devido às despesas com pessoal e tecnologia para estruturação e crescimento do negócio, e (iii) R\$ 7 milhões de EBITDA negativo com as coligadas, relacionado principalmente ao menor volume de vendas e à perda de estoque na refinaria Riograndense, em função da queda brusca nos preços de petróleo e seus derivados no início do trimestre e da alta volatilidade cambial com impacto negativo no custo das matérias-primas.

³ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Mercado de capitais

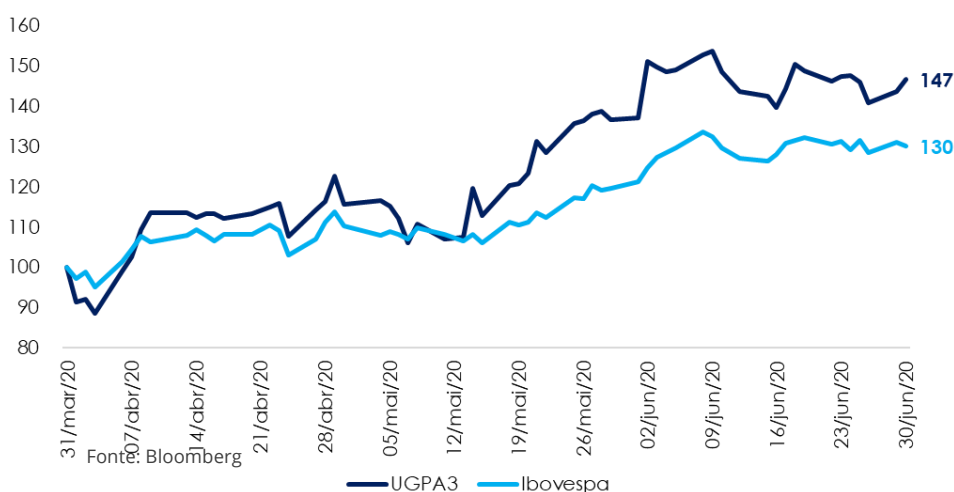
O volume financeiro médio negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 e na NYSE, foi de R\$ 165 milhões/dia no 2T20 (+27%). As ações da Ultrapar encerraram o trimestre cotadas a R\$ 18,38 na B3, crescimento de 47% no trimestre, enquanto o índice Ibovespa apresentou valorização de 30%. Na NYSE, as ações da Ultrapar apresentaram valorização de 40% no 2T20, enquanto o índice Dow Jones apresentou crescimento de 18%. A Ultrapar encerrou o 2T20 com valor de mercado de R\$ 20 bilhões.

Mercado de capitais	2T20	2T19	1T20	1S20	1S19
Quantidade de ações (mil)	1.114.919	1.112.810	1.114.919	1.114.919	1.112.810
Valor de mercado¹ (R\$ milhões)	20.492	22.367	13.970	20.492	22.367
B3					
Volume médio/dia (ações)	9.135.911	5.092.892	9.901.834	9.437.640	5.275.822
Volume financeiro médio/dia (R\$ mil)	141.452	107.834	184.163	160.858	125.529
Cotação média (R\$/ação)	15,48	21,17	18,60	17,04	23,79
NYSE					
Quantidade de ADRs ² (mil ADRs)	47.480	46.518	47.480	47.480	46.518
Volume médio/dia (ADRs)	1.494.156	1.031.820	1.934.532	1.687.522	1.330.850
Volume financeiro médio/dia (US\$ mil)	4.341	5.637	9.031	6.544	8.524
Cotação média (US\$/ADRs)	2,91	5,46	4,67	3,88	6,41
Total					
Volume médio/dia (ações)	10.630.068	6.124.712	11.836.366	11.125.162	6.606.672
Volume financeiro médio/dia (R\$ mil)	164.769	129.913	223.771	191.685	158.107

¹ Calculado a partir do preço de fechamento da ação no período

² 1 ADR = 1 ação ordinária

Evolução UGPA3 x Ibovespa – 2T20
(Base 100)



Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



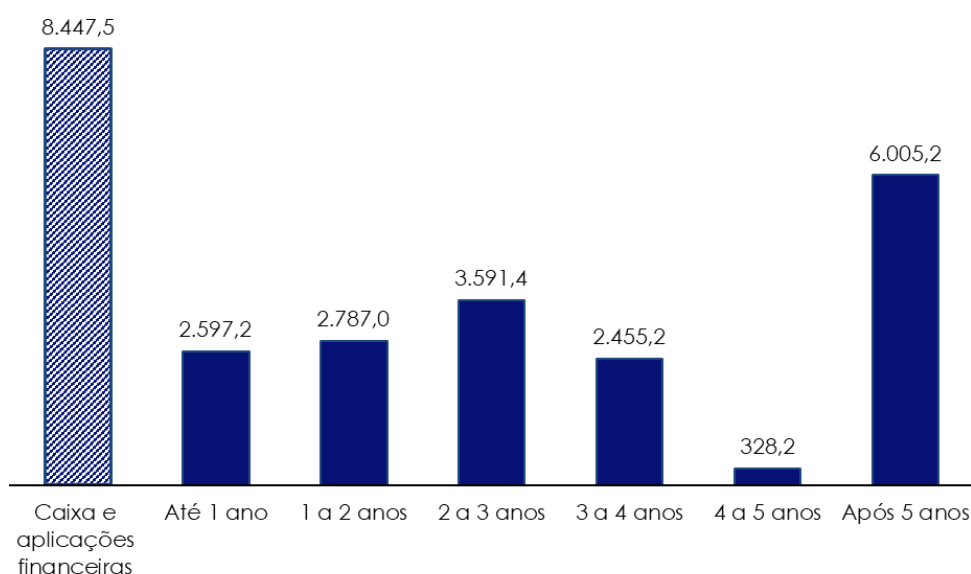
Endividamento (R\$ milhões)

Ultrapar consolidado	2T20	1T20	2T19
Dívida bruta	(17.764,2)	(16.962,0)	(14.570,6)
Caixa e aplicações financeiras	8.447,5	7.248,7	6.421,5
Dívida líquida (ex-IFRS 16)	(9.316,6)	(9.713,3)	(8.149,1)
Arrendamentos a pagar	(1.775,3)	(1.704,2)	(1.564,7)
Dívida líquida	(11.091,9)	(11.417,6)	(9.713,8)
Dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM ¹ (ex-IFRS 16)	3,1x	3,1x	2,6x
Dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM ¹	3,2x	3,3x	n/a
Custo médio da dívida	140,9% DI	121,4% DI	97,6% DI
	DI + 1,2%	DI + 0,9%	DI - 0,1%
Rendimento médio do caixa (% DI)	87,4%	90,3%	91,3%
Prazo médio de amortização (anos)	4,4	4,7	5,0

¹ EBITDA Ajustado LTM não considera o impairment da Extraforma de R\$ 593 milhões para o 1T20 e o 2T20

A Ultrapar encerrou o 2T20 com dívida financeira líquida de R\$ 9,3 bilhões, composta de endividamento bruto de R\$ 17,8 bilhões e posição de caixa de R\$ 8,4 bilhões. O efeito da variação cambial na dívida líquida sobre a parcela dos *bonds* designada para *hedge accounting* foi de R\$ 171 milhões no 2T20. No início do trimestre, a Companhia fortaleceu a sua posição de caixa por meio de novas captações para atravessar esse momento de incertezas. Considerando os arrendamentos a pagar (IFRS 16) de R\$ 1,8 bilhão, a dívida líquida total foi de R\$ 11,1 bilhões (3,2x EBITDA Ajustado LTM) em comparação a R\$ 11,4 bilhões em 31 de março de 2020 (3,3x EBITDA Ajustado LTM). Apesar da redução do EBITDA, impactado pela pandemia em curso, a forte geração de caixa no período permitiu redução na alavancagem.

Perfil de amortização:

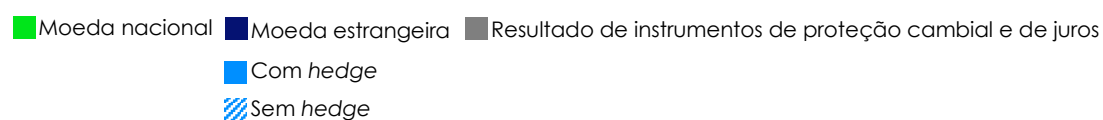
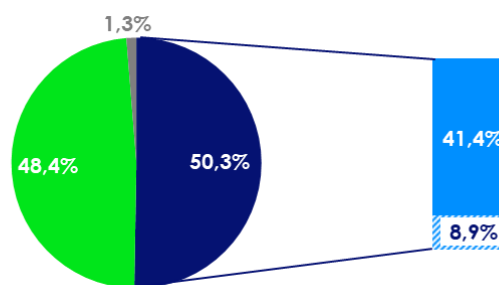


Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020

**Composição por moeda:**

Moeda nacional	8.604,8
Moeda estrangeira	8.931,2
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	228,2
Total	17.764,2



Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



Teleconferência 2T20

A Ultrapar realizará a teleconferência com analistas e investidores em 13 de agosto de 2020 para comentários sobre o desempenho da Companhia no segundo trimestre de 2020 e perspectivas. A apresentação estará disponível para download no website da Companhia 30 minutos antes de seu início.

Haverá WEBCAST simultâneo pela internet no site ri.ultra.com.br. Favor conectar-se com 15 minutos de antecedência.

Português: 11h (horário Brasília) / 10h (horário EUA EST)

Telefone para conexão: +55 (11) 2188-0155

Código: Ultra

Replay: +55 (11) 2188-0400 (disponível por sete dias)

Código: Ultrapar

Inglês: 12h30min (horário Brasília) / 11h30min (horário EUA EST)

Participantes Internacionais: +1 (844) 802-0962

Código: Ultra

Replay: +1 (412) 317-0088 (disponível por sete dias)

Código: 10146533

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



ULTRAPAR
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	JUN 20	JUN 19	MAR 20
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	3.805,2	2.909,3	2.494,0
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	3.174,9	3.177,4	3.460,7
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	3.505,6	4.226,2	3.629,4
Estoques	2.970,2	3.263,6	3.394,8
Tributos a recuperar	1.476,1	1.035,8	1.436,5
Despesas antecipadas	158,2	160,0	157,1
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	473,0	478,9	473,5
Outros	87,3	86,8	83,3
Total Ativo Circulante	15.650,4	15.337,9	15.129,3
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.467,5	334,8	1.294,0
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	470,7	375,1	401,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.016,6	599,3	916,1
Tributos a recuperar	1.149,1	837,4	1.085,9
Depósitos judiciais	949,7	912,6	957,2
Despesas antecipadas	87,8	106,9	62,4
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.127,4	977,5	1.065,8
Outros	197,2	196,6	197,2
Investimentos	165,8	122,4	171,7
Ativos de direito de uso	2.135,5	1.878,6	2.069,7
Imobilizado	7.899,3	7.309,0	7.884,7
Intangível	1.770,5	2.316,6	1.780,5
Total Ativo Não Circulante	18.437,0	15.966,8	17.886,5
TOTAL ATIVO	34.087,4	31.304,8	33.015,9
PASSIVO			
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	2.335,1	981,0	1.529,5
Debêntures	262,1	315,2	276,8
Fornecedores	2.538,3	2.506,3	2.405,3
Salários e encargos sociais	439,1	369,3	340,1
Impostos a pagar	316,6	327,8	343,1
Arrendamentos a pagar	238,5	203,5	230,5
Outros	355,3	395,9	319,2
Total Passivo Circulante	6.485,0	5.098,9	5.444,5
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	8.951,8	7.010,8	8.771,5
Debêntures	6.215,2	6.263,6	6.384,2
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	846,7	848,8	887,2
Benefícios pós-emprego	247,1	202,5	245,8
Arrendamentos a pagar	1.536,7	1.361,2	1.473,8
Outros	297,0	450,7	307,2
Total Passivo Não Circulante	18.094,5	16.137,7	18.069,7
TOTAL PASSIVO	24.579,4	21.236,6	23.514,2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	5.171,8	5.171,8	5.171,8
Reservas	4.595,3	4.646,1	4.595,4
Ações em tesouraria	(485,4)	(485,4)	(485,4)
Outros	(165,3)	359,6	(165,1)
Participação dos não-controladores	391,6	376,0	385,0
Total do Patrimônio Líquido	9.508,0	10.068,1	9.501,7
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.087,4	31.304,8	33.015,9
Caixa e aplicações financeiras	8.447,5	6.421,5	7.248,7
Empréstimos e debêntures	(17.764,2)	(14.570,6)	(16.962,0)
Arrendamentos a pagar	(1.775,3)	(1.564,7)	(1.704,2)
Caixa (endividamento) líquido	(11.091,9)	(9.713,8)	(11.417,6)
Caixa (endividamento) líquido ex-IFRS 16	(9.316,6)	(8.149,1)	(9.713,3)

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



ULTRAPAR
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	2T20	2T19	1T20	1S20	1S19
Receita líquida de vendas e serviços	15.876,2	21.692,6	21.387,1	37.263,4	42.431,9
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(14.825,0)	(20.286,9)	(19.977,2)	(34.802,2)	(39.581,6)
Lucro bruto	1.051,2	1.405,8	1.409,9	2.461,2	2.850,3
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	(608,3)	(696,6)	(644,9)	(1.253,3)	(1.375,1)
Gerais e administrativas	(293,2)	(415,6)	(409,9)	(703,1)	(799,5)
Outros resultados operacionais, líquidos	36,2	10,1	123,9	160,2	46,8
Resultado na venda de bens	14,0	1,0	6,9	20,9	(1,1)
Lucro (prejuízo) operacional	199,8	304,7	486,0	685,9	721,6
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	53,1	132,1	182,1	235,2	276,3
Despesas financeiras	(133,4)	(224,3)	(349,7)	(483,1)	(367,6)
Equivalência patrimonial	(13,3)	(3,1)	(12,4)	(25,7)	(10,0)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	106,2	209,4	306,0	412,2	620,2
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(130,7)	(126,0)	(124,3)	(255,0)	(278,9)
Diferido	55,1	31,3	(28,8)	26,3	2,6
Incentivos fiscais	19,3	5,9	16,0	35,3	19,5
Lucro líquido	50,0	120,7	168,9	218,9	363,3
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	41,1	108,6	160,9	201,9	342,3
Acionistas não controladores de controladas	9,0	12,1	8,0	17,0	21,0
EBITDA Ajustado	611,0	677,2	879,8	1.490,9	1.459,5
Depreciação e amortização ¹	381,4	375,5	386,6	768,0	747,9
Cash flow hedge bonds	43,1	-	19,6	62,7	-
Investimentos totais ²	360,8	335,8	350,1	710,9	603,6
Índices					
Lucro por ação - R\$	0,04	0,10	0,15	0,19	0,32
Dívida líquida / Patrimônio líquido	0,98	0,81	1,02	0,98	0,81
Dívida líquida / EBITDA Ajustado LTM ³ (ex-IFRS 16)	3,07	2,60	3,12	3,07	2,60
Dívida líquida / EBITDA Ajustado LTM ³	3,24	n/a	3,27	3,24	n/a
Despesa financeira líquida / EBITDA Ajustado	0,13	0,14	0,19	0,17	0,06
Margem bruta	6,6%	6,5%	6,6%	6,6%	6,7%
Margem operacional	1,3%	1,4%	2,3%	1,8%	1,7%
Margem EBITDA Ajustado	3,8%	3,1%	4,1%	4,0%	3,4%
Número de funcionários	16.003	16.916	15.887	16.003	16.916

¹ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

² Inclui imobilizações e adições ao intangível, ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade), custos diretos iniciais de ativos de direito de uso, liberações de financiamentos a clientes, antecipações de aluguel (líquidos de repagamentos) e aquisições de participações acionárias

³ EBITDA Ajustado LTM não considera o *impairment* da Extrafarma para o 1T20 e o 2T20

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



ULTRAPAR
FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	JAN - JUN 2020	JAN - JUN 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	218,9	363,3
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Equivalência patrimonial	25,7	10,0
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	150,9	177,8
Amortização de ativos de direito de uso	158,6	153,3
Depreciações e amortizações	458,5	416,9
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	8,8	7,3
Juros, variações monetárias e cambiais	614,5	547,8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26,3)	(2,6)
Resultado na venda de bens	(20,9)	1,1
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	56,5	65,6
Provisão para perda em estoques	(1,8)	13,3
Provisão para benefício pós-emprego	(2,9)	(3,3)
Instrumento patrimonial outorgado	3,5	3,2
Demais provisões e ajustes	(2,2)	2,4
	1.641,8	1.756,2
(Aumento) diminuição no ativo circulante		
Contas a receber e financiamentos a clientes	517,6	155,4
Estoques	752,6	77,3
Impostos a recuperar	(28,4)	(138,9)
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto	4,7	3,7
Demais contas a receber	(49,8)	(28,2)
Despesas antecipadas	(74,3)	(13,6)
Aumento (diminuição) no passivo circulante		
Fornecedores	(218,0)	(225,4)
Salários e encargos sociais	33,4	(58,9)
Obrigações tributárias	(39,0)	(38,8)
Imposto de renda e contribuição social	(20,9)	122,9
Benefícios pós-emprego	0,8	(2,5)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1,6	13,6
Demais contas a pagar	20,1	64,4
Receita diferida	(1,2)	9,7
(Aumento) diminuição no ativo não circulante		
Contas a receber e financiamentos a clientes	(52,3)	54,7
Impostos a recuperar	(276,8)	15,4
Depósitos judiciais	(28,3)	(31,0)
Demais contas a receber	0,2	(0,0)
Despesas antecipadas	(14,6)	(18,5)
Aumento (diminuição) no passivo não circulante		
Benefícios pós-emprego	6,0	1,8
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(37,4)	(16,4)
Demais contas a pagar	(40,2)	32,5
Receita diferida	-	(2,1)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	(236,6)	(126,3)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58,1)	(79,8)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.802,8	1.527,2
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	312,1	(488,3)
Aquisição de imobilizado	(354,5)	(424,8)
Aquisição de intangível	(78,6)	(47,1)
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	(10,0)	(8,8)
Receita com a venda de bens	49,4	15,3
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(81,5)	(953,6)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Captação	1.611,2	1.998,0
Amortização	(984,9)	(2.063,9)
Juros pagos	(336,2)	(1.003,3)
Contraprestação de arrendamento	(172,3)	(155,1)
Dividendos pagos	(263,1)	(380,6)
Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteco Nordeste	-	(2,2)
Aumento de capital realizado por acionistas não-controladores da Iconic	-	7,0
Sociedades relacionadas	(0,0)	(0,0)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	(145,3)	(1.600,1)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	113,9	(3,1)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	1.689,8	(1.029,6)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.115,4	3.939,0
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.805,2	2.909,3
Transações sem efeito caixa:		
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	293,7	257,0
Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	56,3	-
Fundo de reversão - previdência privada	47,1	-

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



ULTRAGAZ
CAPITAL OPERACIONAL CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	JUN 20	JUN 19	MAR 20
ATIVO OPERACIONAL			
Clientes	336,9	427,5	386,5
Clientes a receber LP	31,3	18,1	12,6
Estoques	132,6	120,4	109,6
Impostos	96,1	84,9	84,4
Depósitos judiciais	220,4	220,6	219,6
Outros	73,7	57,0	68,0
Ativos de direito de uso	107,0	126,5	110,4
Imobilizado / Intangível	1.022,4	938,5	1.001,9
TOTAL ATIVO OPERACIONAL	2.020,5	1.993,5	1.993,0
PASSIVO OPERACIONAL			
Fornecedores	93,1	97,7	89,0
Salários e encargos	90,3	94,2	65,3
Impostos	13,0	9,2	12,1
Provisões judiciais	129,4	117,9	128,4
Arrendamentos a pagar	144,3	163,2	147,6
Outros	83,1	107,1	97,3
TOTAL PASSIVO OPERACIONAL	553,2	589,4	539,7

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	2T20	2T19	1T20	1S20	1S19
Receita líquida	1.723,4	1.772,5	1.761,5	3.484,9	3.412,7
Custo dos produtos vendidos	(1.442,3)	(1.550,0)	(1.522,9)	(2.965,2)	(2.982,0)
Lucro bruto	281,1	222,5	238,6	519,7	430,7
Despesas operacionais					
Vendas e comerciais	(104,2)	(105,7)	(106,6)	(210,8)	(213,4)
Gerais e administrativas	(32,3)	(48,2)	(47,5)	(79,8)	(100,8)
Outros resultados operacionais	1,8	(0,5)	4,9	6,7	3,0
Resultado na venda de bens	2,3	0,3	0,9	3,2	1,2
Lucro (prejuízo) operacional	148,7	68,5	90,2	239,0	120,7
Equivalência patrimonial	0,0	(0,0)	0,0	0,0	0,0
EBITDA Ajustado	205,7	121,7	147,0	352,6	231,2
Depreciação e amortização ¹	56,9	53,2	56,7	113,6	110,5
Índices					
Margem bruta (R\$/ton)	650	529	566	609	528
Margem operacional (R\$/ton)	344	163	214	280	148
Margem EBITDA (R\$/ton)	476	289	349	413	283
Número de funcionários	3.428	3.478	3.420	3.428	3.478

¹ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



ULTRACARGO
CAPITAL OPERACIONAL CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	JUN 20	JUN 19	MAR 20
ATIVO OPERACIONAL			
Clientes	62,0	33,4	42,1
Estoques	8,1	5,9	6,5
Impostos	17,4	14,8	23,4
Outros	30,1	16,3	20,8
Ativos de direito de uso	475,1	246,9	466,0
Imobilizado / Intangível / Investimentos	1.329,3	1.214,3	1.320,1
TOTAL ATIVO OPERACIONAL	1.922,1	1.531,7	1.878,9
PASSIVO OPERACIONAL			
Fornecedores	25,0	26,9	29,4
Salários e encargos	37,5	19,8	24,2
Impostos	11,6	6,5	10,4
Provisões judiciais	9,9	9,5	10,2
Arrendamentos a pagar	436,0	239,3	422,7
Outros ¹	97,7	137,9	96,4
TOTAL PASSIVO OPERACIONAL	617,8	439,8	593,4

¹ Inclui obrigações com clientes de longo prazo e saldo referente ao valor adicional mínimo da aquisição do Temmar, no porto de Itaquí e contas a pagar - indenização clientes e terceiros

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	2T20	2T19	1T20	1S20	1S19
Receita líquida	155,0	126,0	163,3	318,3	252,6
Custo dos serviços prestados	(65,6)	(60,1)	(62,5)	(128,1)	(118,9)
Lucro bruto	89,4	66,0	100,8	190,2	133,7
Despesas operacionais					
Vendas e comerciais	(1,7)	(1,9)	(1,7)	(3,4)	(3,6)
Gerais e administrativas	(26,8)	(28,3)	(30,8)	(57,6)	(55,0)
Outros resultados operacionais	9,7	(49,7)	2,9	12,6	(50,6)
Resultado na venda de bens	(0,0)	0,0	(0,2)	(0,3)	0,0
Lucro (prejuízo) operacional	70,6	(13,8)	71,0	141,6	24,5
Equivalência patrimonial	0,3	0,6	0,1	0,4	1,1
EBITDA	91,5	6,5	90,5	182,1	66,1
Depreciação e amortização	20,6	19,8	19,5	40,1	40,5
Índices					
Margem bruta	57,7%	52,3%	61,7%	59,8%	52,9%
Margem operacional	45,6%	-11,0%	43,4%	44,5%	9,7%
Margem EBITDA	59,1%	5,2%	55,4%	57,2%	26,2%
Número de funcionários	878	764	809	878	764

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



OXITENO
CAPITAL OPERACIONAL CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	JUN 20	JUN 19	MAR 20
ATIVO OPERACIONAL			
Clientes	707,8	579,7	700,1
Estoques	951,9	732,1	829,1
Impostos	665,1	577,7	712,1
Outros	173,1	161,3	164,4
Ativos de direito de uso	40,1	35,5	38,2
Imobilizado / Intangível / Investimentos	2.962,4	2.563,7	2.948,3
TOTAL ATIVO OPERACIONAL	5.500,2	4.650,0	5.392,2
PASSIVO OPERACIONAL			
Fornecedores	545,9	379,7	469,9
Salários e encargos	114,7	88,9	110,5
Impostos	36,4	36,1	34,8
Provisões judiciais	26,8	26,9	26,3
Arrendamentos a pagar	42,4	35,9	39,8
Outros	43,3	52,3	39,6
TOTAL PASSIVO OPERACIONAL	809,6	619,8	721,0

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	2T20	2T19	1T20	1S20	1S19
Receita Líquida	1.201,0	1.066,3	1.107,9	2.308,9	2.122,0
Custo dos produtos vendidos					
Variável	(798,4)	(723,5)	(729,0)	(1.527,4)	(1.462,0)
Fixo	(124,5)	(132,1)	(102,4)	(226,9)	(244,0)
Depreciação e amortização	(50,2)	(45,8)	(45,5)	(95,7)	(94,0)
Lucro bruto	227,9	165,0	231,0	458,9	322,0
Despesas operacionais					
Vendas e comerciais	(89,8)	(83,2)	(84,5)	(174,4)	(164,6)
Gerais e administrativas	(89,2)	(90,0)	(109,7)	(198,9)	(180,9)
Outros resultados operacionais	1,3	0,9	71,9	73,2	2,2
Resultado na venda de bens	(0,0)	0,1	(0,2)	(0,2)	0,4
Lucro (prejuízo) operacional	50,1	(7,2)	108,5	158,6	(20,9)
Equivalência patrimonial	0,1	0,3	0,2	0,3	0,3
EBITDA Ajustado	161,6	44,7	192,6	354,1	84,3
Depreciação e amortização	68,2	51,6	64,2	132,4	104,9
Cash flow hedge bonds	43,1	-	19,6	62,7	-
Índices					
Margem bruta (R\$/ton)	1.371	899	1.279	1.323	886
Margem bruta (US\$/ton)	254	229	287	269	230
Margem operacional (R\$/ton)	302	(39)	601	457	(58)
Margem operacional (US\$/ton)	56	(10)	135	93	(15)
Margem EBITDA (R\$/ton)	972	244	1.066	1.021	232
Margem EBITDA (US\$/ton)	180	62	239	207	60
Número de funcionários	1.834	1.884	1.813	1.834	1.884

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020



IPIRANGA
CAPITAL OPERACIONAL CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	JUN 20	JUN 19	MAR 20
ATIVO OPERACIONAL			
Clientes	2.335,9	3.012,3	2.431,9
Clientes a receber LP	439,2	356,7	388,3
Estoques	1.385,7	1.826,9	1.910,9
Impostos	1.089,6	644,0	946,2
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.593,9	1.456,3	1.533,3
Outros	533,6	585,4	539,9
Ativos de direito de uso	1.073,8	985,3	1.002,4
Imobilizado / Intangível / Investimentos	3.593,3	3.492,6	3.615,8
TOTAL ATIVO OPERACIONAL	12.044,9	12.359,5	12.368,8
PASSIVO OPERACIONAL			
Fornecedores	1.690,3	1.814,5	1.575,5
Salários e encargos	108,0	109,6	76,3
Benefícios pós-emprego	234,6	202,5	235,0
Impostos	140,6	151,4	153,3
Provisões judiciais	299,8	332,9	334,0
Arendamentos a pagar	709,9	664,7	642,5
Outros	286,4	252,7	275,7
TOTAL PASSIVO OPERACIONAL	3.469,7	3.528,4	3.292,3

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Em milhões de Reais	2T20	2T19	1T20	1S20	1S19
Receita líquida	12.350,2	18.223,5	17.899,6	30.249,8	35.651,5
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(12.035,0)	(17.431,8)	(17.204,6)	(29.239,6)	(33.997,3)
Lucro bruto	315,2	791,7	695,0	1.010,2	1.654,2
Despesas operacionais					
Vendas e comerciais	(273,2)	(341,1)	(307,8)	(581,0)	(668,1)
Gerais e administrativas	(88,6)	(187,2)	(158,9)	(247,5)	(347,9)
Outros resultados operacionais	21,9	41,1	44,1	66,0	65,2
Resultado na venda de bens	14,0	(1,8)	6,5	20,5	(2,8)
Lucro (prejuízo) operacional	(10,8)	302,5	279,0	268,2	700,6
Equivalência patrimonial	0,8	0,5	0,4	1,1	0,9
EBITDA Ajustado	178,7	510,7	479,9	658,6	1.107,7
Depreciação e amortização ¹	188,7	207,7	200,5	389,2	406,2
Índices					
Margem bruta (R\$/m³)	68	141	127	100	148
Margem operacional (R\$/m³)	(2)	54	51	27	63
Margem EBITDA Ajustado (R\$/m³)	39	91	87	65	99
Margem EBITDA Ajustado (%)	1,4%	2,8%	2,7%	2,2%	3,1%
Número de postos	7.105	7.186	7.106	7.105	7.186
Número de funcionários	3.351	3.404	3.341	3.351	3.404

¹ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Comentário do Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2020

EXTRAFARMA
CAPITAL OPERACIONAL

Em milhões de Reais	JUN 20	JUN 19	MAR 20
ATIVO OPERACIONAL			
Clientes	66,5	176,1	71,2
Estoques	491,9	578,2	538,7
Impostos	213,7	181,3	223,9
Outros	29,6	23,5	31,6
Ativos de direito de uso	402,5	484,4	415,9
Imobilizado / Intangível	508,8	1.137,8	526,5
TOTAL ATIVO OPERACIONAL	1.713,0	2.581,2	1.807,7
PASSIVO OPERACIONAL			
Fornecedores	179,0	180,4	232,2
Salários e encargos	58,6	55,9	42,1
Impostos	27,5	25,4	33,6
Provisões judiciais	9,7	40,3	20,3
Arrendamentos a pagar	403,4	461,6	412,9
Outros	11,1	16,1	18,1
TOTAL PASSIVO OPERACIONAL	689,3	779,7	759,1

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

Em milhões de Reais	2T20	2T19	1T20	1S20	1S19
Receita bruta	514,7	559,5	520,9	1.035,5	1.105,2
Devoluções, abatimentos e impostos faturados	(30,6)	(29,7)	(27,5)	(58,1)	(59,0)
Receita líquida	484,1	529,8	493,3	977,4	1.046,1
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(342,7)	(378,5)	(348,5)	(691,2)	(753,3)
Lucro bruto	141,3	151,3	144,8	286,2	292,8
Despesas operacionais	(163,3)	(191,6)	(174,4)	(337,7)	(376,9)
Outros resultados operacionais	(0,6)	16,4	(0,3)	(0,9)	25,2
Resultado na venda de bens	(2,3)	2,4	(0,0)	(2,4)	0,0
Lucro (prejuízo) operacional	(24,8)	(21,5)	(29,9)	(54,8)	(58,9)
EBITDA	13,7	18,1	8,9	22,5	19,3
Depreciação e amortização	38,5	39,6	38,8	77,3	78,2
Índices¹					
Margem bruta	27,5%	27,0%	27,8%	27,6%	26,5%
Margem operacional	(4,8%)	(3,8%)	(5,7%)	(5,3%)	(5,3%)
Margem EBITDA	2,7%	3,2%	1,7%	2,2%	1,7%
Número de funcionários	6.095	6.989	6.108	6.095	6.989

¹ Calculado sobre a receita bruta

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 32.

a. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Diante desse cenário, a Sociedade constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia.

Desde o início da crise, a Sociedade e suas controladas vêm atuando em inúmeras frentes para garantir a segurança de seus colaboradores, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira da Companhia. Todas as atividades das empresas controladas pela Sociedade são classificadas como essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia, nos termos do Decreto nº 10.282/20.

A Sociedade e suas controladas adotaram com agilidade o regime de home office para o público administrativo, oferecendo todo o suporte necessário para o andamento das atividades. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, as empresas praticaram diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como *lives* direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo nosso princípio de valorização das pessoas.

Por meio de um comitê multidisciplinar, foi estruturado um plano de retomada gradual dos colaboradores das áreas administrativas aos escritórios, a partir da adequação de seus escritórios através de inúmeras medidas preventivas e intensificação da limpeza e segurança, conforme as orientações dos governos estaduais e municipais.

Com o objetivo de preservar o compromisso de manter os seus colaboradores nos respectivos postos de trabalho e mitigar os impactos da crise, adaptou-se às flexibilizações trabalhistas anunciadas pelo governo, como redução de jornada e/ou de salário, suspensão de contratos e reorganização do plano de férias, conforme a necessidade.

Não está claro até que ponto as informações trimestrais, após 30 de junho de 2020, podem ser afetadas pelos impactos comerciais, operacionais e financeiros da pandemia, pois dependerá de sua duração e dos impactos nas atividades econômicas, bem como das ações governamentais,

Notas Explicativas

empresariais e individuais em resposta a crise. Nesse contexto, algumas avaliações de riscos financeiros, projeções e testes de redução ao valor recuperável, em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, podem ser impactados pela pandemia e podem afetar adversamente a posição financeira da Sociedade e de suas controladas.

Impactos operacionais

As restrições à movimentação de pessoas e a operação de certos negócios, impactaram de forma significativa a atividade econômica no Brasil.

A Ultragaz apresentou queda no volume vendido no segmento granel, em função da menor demanda das indústrias e de pequenas e médias empresas, que foram diretamente impactadas pelas medidas de isolamento social. No entanto, esse efeito foi compensado pelo aumento nas vendas no segmento envasado, em razão da maior demanda de GLP para uso residencial. Na parte de custos e despesas, a Ultragaz incorreu em gastos adicionais com fretes, devido à necessidade de retiradas de GLP em polos de abastecimento mais distantes, materiais de proteção e contratação de mão de obra temporária, além de diversas doações para hospitais de campanha e comunidades carentes. Não houve registro de aumento de inadimplência no período.

A Ultracargo registrou uma menor movimentação de combustíveis em relação ao 1T20, fruto da retração da demanda, atenuada por contratações *spot*. Adicionalmente, foram registrados cerca de R\$ 2 milhões em despesas extras com materiais de proteção e doações. A atuação em medidas de ganho de produtividade e a recuperação de créditos fiscais contribuíram para a melhora de resultados no trimestre.

Na Oxiteno, os segmentos de tintas, automotivo e óleo & gás sofreram retração na demanda, efeito que foi parcialmente compensado pelo maior volume de vendas nos segmentos de *Home & Personal Care e Crop Solutions*. Para minimizar os efeitos da pandemia, a gestão da Oxiteno atuou rapidamente em medidas de contingenciamento dos custos e despesas, contribuindo para uma melhora nos resultados.

A Ipiranga foi o negócio mais impactado pela crise em função das medidas de distanciamento social. Em abril, os volumes vendidos de ciclo Otto e diesel registraram uma queda de 37% e 17%, respectivamente, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em maio e junho os volumes vendidos registraram importante e gradual recuperação em relação a abril. Adicionalmente, a forte volatilidade nos preços de petróleo e derivados a partir do final de março, combinada com uma queda abrupta no preço do etanol em abril, ocasionaram perdas significativas de estoque no trimestre. Para mitigar esses efeitos, a Ipiranga realizou iniciativas para contenção de caixa e redução de despesas em diversas áreas, que possibilitaram a redução das despesas gerais, administrativas e de vendas em 32% na comparação anual. O nível de inadimplência registrado apresentou ligeiro aumento e manteve-se em patamares aceitáveis para o período.

Notas Explicativas

A Extrafarma apresentou queda no faturamento de aproximadamente R\$ 45 milhões, principalmente em função do fechamento temporário de lojas localizadas em shoppings e da redução do fluxo de clientes nas lojas que permaneceram abertas. Em contrapartida, esta queda foi parcialmente compensada pelo rápido reforço ou expansão das operações de vendas através de canais como *delivery* e parcerias com aplicativos de entrega. Adicionalmente, a aprovação da MP 936 pelo governo, envolvendo a suspensão de contratos e redução temporária de salários, bem como outras iniciativas internas de ganho de produtividade, contribuíram para uma redução de despesas no patamar de R\$ 8 milhões, minimizando o impacto no resultado do trimestre.

Principais riscos e medidas associadas

Risco de crédito – a controlada Ipiranga implementou um pacote de ajuda para revendedores Ipiranga, incluindo antecipação dos créditos das vendas pelo aplicativo Abastece Aí, postergação de pagamentos de aluguéis e financiamentos e suspensão temporária de cláusulas de performance de volume. Essas ações amenizaram os impactos da pandemia sobre a condição financeira de nossos clientes e, por consequência, mitigaram seus potenciais efeitos sobre as taxas de inadimplência da Ipiranga. Os efeitos das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa do trimestre findo em 30 de junho de 2020 estão divulgados nas notas explicativas nº 5 e 33.d.

Risco de redução ao valor recuperável de ágios e intangíveis de vida útil indefinida – a Sociedade revisou as projeções utilizadas nos testes de redução ao valor recuperável de ágios e ativos alocados às unidades geradoras de caixa, considerando os impactos atuais da pandemia. A revisão não resultou na necessidade de reconhecimento adicional de provisão para perdas em 30 de junho de 2020.

Risco de realização de ativos fiscais diferidos – a Sociedade revisou a constituição e a realização de créditos fiscais diferidos, considerando as projeções atuais revisadas para cada segmento de negócios em decorrência da pandemia, e não identificou necessidade de baixas para o período findo em 30 de junho de 2020.

Riscos em instrumentos financeiros – o aumento da volatilidade nos mercados financeiros poderá impactar os resultados financeiros conforme análises de sensibilidades apresentadas na nota explicativa nº 33.

Risco de liquidez – o impacto sobre os volumes das operações e sobre os resultados da Sociedade e suas controladas pode afetar negativamente a geração de caixa operacional. Assim, com o objetivo de reforçar a liquidez e posição de caixa da Sociedade, tendo em vista a incerteza gerada pela pandemia, ao final de março e início de abril de 2020, a Sociedade e suas controladas contrataram R\$ 1,5 bilhão em novos financiamentos com vencimento em um ano. Desse total, R\$ 1,3 bilhão foi obtido por meio de emissão de notas promissórias com crédito em abril. Além disso, como medida de contenção de caixa, a Sociedade anunciou em abril a redução de até 30% em seu plano de investimentos para 2020 e, em agosto, a Administração optou pelo não pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício corrente. Como consta no Estatuto Social, os dividendos mínimos obrigatórios serão pagos após a divulgação dos resultados do ano.

Notas Explicativas

Em julho de 2020, a Sociedade realizou a reabertura dos bonds emitidos no mercado internacional com vencimento em 2029 e captou US\$ 350 milhões com cupom de 5,25% ao ano. Os recursos serão utilizados para pagamento de dívidas com vencimento no curto prazo, permitindo o alongamento do perfil da dívida da Sociedade, além de reforçar a posição de caixa.

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas (“informações trimestrais”) foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais.

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxitenio, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 32.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.a.

Notas Explicativas

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado em despesas gerais e administrativas e totalizaram R\$ 28.773 no período findo de seis meses em 30 de junho de 2020 (R\$ 30.654 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 33.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5 e 33.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou (ii) para a duração do contrato, quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

Notas Explicativas

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

h. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas revisam a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 2.u).

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes as outorgas de arrendamentos de áreas portuárias (vide nota explicativa nº 34.c).

A Sociedade e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

Notas Explicativas

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de hedge de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.h).

Notas Explicativas

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Notas Explicativas

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

s. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 238.549 de ganho cambial (R\$ 102.427 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2019), vide nota explicativa nº 25.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

Controlada	Moeda funcional	País
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

Notas Explicativas

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 35.211 (perda de R\$ 1.218 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019).

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.l, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 24 e 33.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

Notas Explicativas

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável em 30 de junho de 2020 e 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) (vide nota explicativa nº 15.a).

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações de valor adicionado são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

Notas Explicativas

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

Não existem normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB que sejam efetivas e que poderiam ter impacto significativo nas informações trimestrais de 30 de junho de 2020.

z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Sociedade em 12 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

3 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

Notas Explicativas

b. Participações societárias

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			30/06/2020		31/12/2019	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
L.I.Z.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. ⁽²⁾	Brasil	Outros	-	99	-	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda. ⁽³⁾	Brasil	Outros	100	-	-	100
Abastecedora de Combustíveis Clara LTDA ⁽⁴⁾	Brasil	Outros	-	100	-	-
Abastecedora de Combustíveis Neiva LTDA ⁽⁴⁾	Brasil	Outros	-	100	-	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguai S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100
UVC - Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior ⁽⁵⁾	Brasil	Outros	100	-	-	-

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

- ⁽¹⁾ Empresa não operacional em fase de extinção.
- ⁽²⁾ Companhia constituída em janeiro de 2020, a L.I.Z.S.P.E tem como objeto social a consultoria em avaliação de viabilidade financeira de negócios, gestão de negócios, assessoria econômica e financeira entre outros
- ⁽³⁾ Mudança na participação do capital da empresa Millenium.
- ⁽⁴⁾ Companhias constituídas em maio de 2020, as abastecedoras de combustíveis Clara e Neiva tem como objeto social o comércio de combustíveis líquidos, Gás Natural Veicular (GNV), de lubrificantes e de peças e acessórios novos para veículos.
- ⁽⁵⁾ Fundo constituído em janeiro de 2020, o UVC tem como objetivo fornecer recursos de capital para iniciativas tecnológicas disruptivas que estejam relacionadas às linhas de negócios da Sociedade.

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 33.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 8.447.523 em 30 de junho de 2020 (R\$5.712.097 em 31 de dezembro de 2019) e estão distribuídos conforme abaixo:

a.Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	1.163	381	148.462	182.237
Em moeda estrangeira	-	-	104.968	102.755
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos privados de renda fixa	1.014.269	42.199	3.506.924	1.780.939
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	44.837	49.448
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.015.432	42.580	3.805.191	2.115.379

Notas Explicativas***b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção***

As aplicações financeiras, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	53.101	95.829	2.417.220	2.610.686
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	816.792	303.417
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	1.408.320	682.615
Total de aplicações financeiras	<u>53.101</u>	<u>95.829</u>	<u>4.642.332</u>	<u>3.596.718</u>
Circulante	53.101	95.829	3.174.857	3.090.212
Não circulante	-	-	1.467.475	506.506

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 33.i).

Notas Explicativas**5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)****a. Contas a receber de clientes**

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Clientes nacionais	3.166.162	3.867.163
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	1.424	739
Clientes estrangeiros	362.889	226.484
Clientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	58	-
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(435.281)	(404.886)
	<u>3.095.252</u>	<u>3.689.500</u>
 Circulante	 3.008.662	 3.635.834
Não circulante	86.590	53.666

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2020	3.530.533	2.620.657	123.080	40.140	41.669	82.798	622.189
31/12/2019	4.094.386	3.199.315	159.350	27.320	12.245	61.489	634.667

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2020	435.281	24.356	4.339	2.208	2.815	29.473	372.090
31/12/2019	404.886	28.861	1.456	1.625	3.749	23.698	345.497

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	404.886
Adições	38.269
Baixas	(7.874)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>435.281</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.d.3.

Notas Explicativas

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.067.390	956.942
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(186.349)</u>	<u>(156.006)</u>
	<u>881.041</u>	<u>800.936</u>
Circulante	496.946	436.188
Não circulante	384.095	364.748

Financiamentos a clientes são concedidos às taxas subsidiadas para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam entre 12 e 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas subsidiadas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente. Esses financiamentos são remensurados a uma taxa de mercado para empréstimos de capital de giro e o ajuste de remensuração entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada é reconhecido como redução da receita de venda no início do contrato. Ao longo do contrato, os juros apropriados pela taxa de mercado são reconhecidos no resultado financeiro.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2020	1.067.390	720.395	13.714	10.183	10.857	24.089	288.152
31/12/2019	956.942	644.488	26.262	10.481	12.616	30.144	232.951

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2020	186.349	29.801	1.165	992	1.092	11.536	141.763
31/12/2019	156.006	21.337	2.519	1.063	1.313	14.639	115.135

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	156.006
Adições	30.365
Baixas	<u>(22)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>186.349</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.d.3.

Notas Explicativas**6 Estoques (Consolidado)**

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.077.586	(2.524)	1.075.062	1.843.257	(2.073)	1.841.184
Produtos acabados	582.661	(21.315)	561.346	541.689	(22.048)	519.641
Produtos em elaboração	982	-	982	1.971	-	1.971
Matérias-primas	485.589	(3.381)	482.208	365.960	(2.552)	363.408
Gás liquefeito de petróleo - GLP	93.290	(5.761)	87.529	101.715	(5.761)	95.954
Materiais de consumo e outros itens para revenda	144.950	(2.564)	142.386	140.058	(2.587)	137.471
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	493.464	(2.809)	490.655	549.191	(2.877)	546.314
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	101.714	(463)	101.251	183.170	(2.719)	180.451
Imóveis para revenda	28.869	(107)	28.762	29.273	(107)	29.166
	<u>3.009.105</u>	<u>(38.924)</u>	<u>2.970.181</u>	<u>3.756.284</u>	<u>(40.724)</u>	<u>3.715.560</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.724
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(2.266)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	<u>466</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u><u>38.924</u></u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Ajuste ao valor de realização	12.976	15.243
Obsolescência e outras perdas	<u>25.948</u>	<u>25.481</u>
Total	<u><u>38.924</u></u>	<u><u>40.724</u></u>

Notas Explicativas

7 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar (Consolidado)

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	30/06/2020	31/12/2019
ICMS (a.1)	1.049.598	914.066
Provisão para perdas de ICMS (a.1)	(45.960)	(41.396)
PIS e COFINS (a.2)	981.013	930.570
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	34.702	29.707
Outros	65.634	56.748
Total	<u>2.084.987</u>	<u>1.889.695</u>
Circulante	1.039.200	1.122.335
Não circulante	1.045.787	767.360

a.1 O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno S.A. acumula créditos uma vez que realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) As controladas Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP") e Cia Ultragaz S.A. ("Ultragaz") possuem créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

Os valores de ICMS a recuperar classificados no ativo circulante são consumidos pelas próprias operações, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo de até 10 anos.

Notas Explicativas

A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS é assim demonstrada:

Até 1 ano	384.666
De 1 ano a 2 anos	333.168
De 2 anos a 3 anos	180.487
De 3 anos a 5 anos	88.099
De 5 anos a 7 anos	36.370
De 7 anos a 10 anos	<u>26.808</u>
Total do ICMS a recuperar	<u><u>1.049.598</u></u>

A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas.

a.2 Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRF") em um prazo estimado pela administração de 2 anos. As controladas Extrafarma, Tequimar e Oxiteno S.A. possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos (vide nota explicativa nº 22.d.1).

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Estão representados por IRPJ e da CSLL a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL	<u>92.727</u>	<u>89.197</u>	<u>540.253</u>	<u>430.290</u>
Circulante	53.280	49.750	436.907	325.343
Não circulante	39.447	39.447	103.346	104.947

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em períodos anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

Notas Explicativas

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

	Ativo Debêntures ¹	Passivo Contas a pagar	Resultado Financeiro ¹
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	755.433	-	15.278
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5.001	-
Total em 30 de junho de 2020	<u>755.433</u>	<u>5.001</u>	<u>15.278</u>
	Ativo Debêntures ¹	Passivo Contas a pagar	Resultado Financeiro ¹
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	759.123	-	26.575
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	4.220	-
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>759.123</u>	<u>4.220</u>	
Total em 30 de junho de 2019			<u>26.575</u>

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao DI.

Notas Explicativas

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875
Outros	490	1.002
Total em 30 de junho de 2020	490	3.877

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875
Outros	490	1.050
Total em 31 de dezembro de 2019	490	3.925

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração.

	Operações comerciais					
	Contas a receber (1)	Fornecedores (1)	Demais contas a pagar (1)	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.578	-	-	9.408	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	60.326	-	-	148.630	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.424	113	500	1.537	80	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	-	-	-	-	800
Chevron Latin America Marketing LLC	58	-	-	-	-	-
Total em 30 de junho de 2020	1.482	62.017	500	1.537	158.118	800

Notas Explicativas

	Operações comerciais				
	Contas a receber ⁽¹⁾	Fornecedores ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.545	1	9.547	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	264.602	-	509.073	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	739	113	1.174	50	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	124	-	-	735
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>739</u>	<u>266.384</u>			
Total em 30 de junho de 2019			<u>1.175</u>	<u>518.670</u>	<u>735</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.j.

Notas Explicativas

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Remuneração de curto prazo	21.956	23.856
Remuneração em ações	5.437	3.879
Benefício pós-emprego	<u>1.359</u>	<u>1.335</u>
Total	<u>28.752</u>	<u>29.070</u>

Notas Explicativas

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O CA da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	200.000	2022 a 2024	34,00	9.378	(5.309)	4.069
4 de março de 2016	380.000	2021 a 2023	32,72	17.147	(12.620)	4.527
10 de dezembro de 2014	533.324	2020 a 2021	25,32	27.939	(25.408)	2.531
5 de março de 2014	55.600	2021	26,08	5.999	(5.809)	190
	<u>1.168.924</u>			<u>60.463</u>	<u>(49.146)</u>	<u>11.317</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a amortização de R\$ 3.892 (R\$ 5.325 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.224.524
Ações transferidas aos administradores	<u>(55.600)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>1.168.924</u>

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	240.000	2023	38,19	12.642	(5.795)	6.847
Restritas e performance	8 de novembro de 2017	48.468	2020 a 2022	38,19	3.636	(2.144)	1.492
Restritas e performance	4 de abril de 2018	149.092	2021 a 2023	34,35	9.934	(5.422)	4.512
Restritas	19 de setembro de 2018	160.000	2024	19,58	4.321	(1.260)	3.061
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.030	(592)	1.438
Restritas e performance	3 de abril de 2019	540.360	2022 a 2024	23,25	22.706	(7.571)	15.135
Restritas	2 de setembro de 2019	440.000	2025	16,42	9.965	(1.384)	8.581
Restritas	1 de abril de 2020	<u>877.788</u>	2023 a 2025	12,53	<u>20.480</u>	<u>(1.337)</u>	<u>19.143</u>
		<u>2.535.708</u>			<u>85.714</u>	<u>(25.505)</u>	<u>60.209</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 5.769 em relação ao Plano (R\$ 5.404 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019).

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.738.660
Ações outorgadas em 1 de abril de 2020	877.788
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(27.748)
Cancelamento de ações de performance	<u>(52.992)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u><u>2.535.708</u></u>

Notas Explicativas**9 Imposto de renda e contribuição social****a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	76.682	72.377
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	138.961	150.085
Provisão para benefícios pós-emprego	2.215	-	93.401	92.199
Provisão para diferenças caixa vs. Competência ⁽ⁱ⁾	-	-	717.063	224.065
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	6.913	8.161
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.558	75.745
Provisão para retirada de tanques	-	-	14.555	14.762
Provisão para fornecedores	954	439	35.326	35.214
Provisão para participação nos lucros e bônus	3.085	-	29.736	44.818
Operações de arrendamento mercantil	788	-	26.918	19.003
Variação do valor justo do bônus de subscrição	10.526	16.338	10.526	16.338
Demais provisões	95	204	45.788	45.316
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (9.d)	29.846	24.632	403.969	278.140
Total	47.509	41.613	1.675.396	1.076.223
Compensações de saldos passivos	(2.634)	-	(658.797)	(422.529)
Saldos líquidos apresentados no ativo	44.875	41.613	1.016.599	653.694
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.821	1.866
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.127	2.356
Provisão para diferenças caixa vs. Competência ⁽ⁱ⁾	1.306	-	488.352	257.718
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	65.714	39.186
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	113.250	114.125
Diferenças temporárias de controladas no exterior	1.328	-	5.924	-
Demais provisões	-	-	15.305	14.809
Total	2.634	-	692.493	430.060
Compensações de saldos ativos	(2.634)	-	(658.797)	(422.529)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	33.696	7.531

(i) Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (hedges).

Notas Explicativas

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Saldo inicial	41.613	14.034	646.163	504.890
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	3.261	409	26.314	2.566
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	1	-	292.540	(9.025)
Outros	-	-	17.886	256
Saldo final	<u>44.875</u>	<u>14.443</u>	<u>982.903</u>	<u>498.687</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	16.809	242.359
De 1 a 2 anos	9.130	89.637
De 2 a 3 anos	3.941	146.989
De 3 a 5 anos	8.026	166.729
De 5 a 7 anos	5.487	659.483
De 7 a 10 anos	4.116	370.199
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>47.509</u>	<u>1.675.396</u>

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade, que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

Notas Explicativas**b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(19.308)	17.296	437.910	630.216
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	6.565	(5.881)	(148.889)	(214.273)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(3.482)	6.342	(14.890)	(33.738)
Receitas não tributáveis (ii)	-	11	13.953	13.640
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	4.736	5.303
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (iv)	-	-	(84.291)	(43.782)
Demais ajustes	8	(63)	734	(3.503)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	3.091	409	(228.647)	(276.353)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	35.329	19.471
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	3.091	409	(193.318)	(256.882)
Corrente	(170)	-	(219.632)	(259.448)
Diferido	3.261	409	26.314	2.566
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	16,0	(2,4)	44,1	40,8

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Vide nota explicativa nº 9.d.

Notas Explicativas

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju	75	2027
	Base de Suape	75	2027
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiten S/A Indústria e Comércio ⁽¹⁾	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ O pedido de transferência do direito à redução do IRPJ para a Oxiten S.A. foi apresentado à SUDENE e aguarda manifestação.

Notas Explicativas

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 30 de junho de 2020, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.763.947 (R\$ 1.268.964 em 31 de dezembro de 2019) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.765.697 (R\$ 1.270.714 em 31 de dezembro de 2019), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição.

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Cia. Ultragaz	451	12.808
Oxiten S.A.	186.452	148.306
Iconic	13.169	17.657
Ipiranga	99.040	-
Extrafarma	72.318	72.318
Vila do Conde	209	-
Ultrapar	29.846	24.632
Ultrapar International	2.484	2.419
	<u>403.969</u>	<u>278.140</u>

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Extrafarma	287.910	237.664
Millenium	224	96
Integra Frotas	6.233	4.636
	<u>294.367</u>	<u>242.396</u>

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais, conforme demonstrado abaixo, sujeitos as regras de compensações locais.

	30/06/2020	31/12/2019
	US\$ (milhares)	US\$ (milhares)
Oxiten USA	202.088	184.781
Oxiten Uruguai	8.039	7.444
Ultrapar International	9.561	10.420
	<u>219.688</u>	<u>202.645</u>

Notas Explicativas**10 Despesas antecipadas**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Aluguéis	-	-	35.767	37.106
Propaganda e publicidade	-	-	39.715	24.857
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	2.059	-	13.222	15.965
Prêmios de seguros	1.223	327	52.897	61.884
Manutenção de software	972	-	24.057	23.216
Benefícios a funcionários	520	-	7.802	3.425
IPVA e IPTU	-	-	8.477	937
Contribuição - fundo de previdência privada (vide nota explicativa nº 20.a)	-	-	45.521	-
Demais despesas antecipadas	68	-	18.465	13.181
	<u>4.842</u>	<u>327</u>	<u>245.923</u>	<u>180.571</u>
Circulante	2.855	72	158.162	111.355
Não circulante	1.987	255	87.761	69.216

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.465.989
Adições	292.839
Amortizações	(150.854)
Transferências	(7.550)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>1.600.424</u>
Circulante	472.985
Não circulante	1.127.439
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.518.477
Adições	126.334
Amortizações	(177.818)
Transferências	(10.669)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>1.456.324</u>
Circulante	478.863
Não circulante	977.461

Notas Explicativas

12 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	30/06/2020						Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas						Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millenium Ltda.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	150	15.194.789	5.078.888
Ativo	1.366.842	7.868.636	18.454.063	5.704.149	1.940	2.273	502.805
Passivo	3.674	6.511.925	11.382.952	5.752.797	26	1.195	505.189
Patrimônio líquido	1.363.168	1.356.711(*)	7.071.111(*)	(48.648)	1.914	1.078	(2.384)
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.762.522	29.651.489	-	-	4.109	784.649
Lucro (prejuízo) líquido	100.950	(18.574) (*)	179.945(*)	(21.148)	(1.096)	(660)	(64.053)
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100	100	33

	31/12/2019						Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas						Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.			
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995			5.078.888
Ativo	1.264.707	6.475.473	18.052.890	4.192.235			562.445
Passivo	2.710	4.672.264	11.032.143	4.219.735			505.851
Patrimônio líquido	1.261.997	1.803.209(*)	7.020.747(*)	(27.500)			56.594
Participação no capital social - %	100	100	100	100			33

	30/06/2019						Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas						Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.			
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995			5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	678.828	34.784.070	-			1.010.002
Lucro (prejuízo) líquido	(467)	74.844(*)	281.596(*)	(31.907)			1.568
Participação no capital social - %	100	100	100	100			33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 32.

Notas Explicativas

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas						Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millenium Ltda.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.261.997	1.803.209	7.020.747	(27.497)	-	-	18.792	10.077.248
Equivalência patrimonial	100.950	(18.574)	179.947	(21.146)	(1.096)	(660)	(21.279)	218.142
Dividendos	-	(86.954)	(129.249)	-	-	-	(165)	(216.368)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	-	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Instrumento patrimonial outorgado	192	263	826	-	-	-	-	1.281
Ajustes de avaliação patrimonial (i)	64	(477.303)	467	-	-	-	1.860	(474.912)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	136.122	-	-	-	-	-	136.122
Aumento de capital em dinheiro	-	-	-	-	3.010	549	-	3.559
Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais	(35)	-	(481)	-	-	-	-	(516)
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	(1.189)	-	-	1.189	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020	1.363.168	1.356.763	7.071.062	(48.643)	1.914	1.078	(792)	9.744.550

- (i) Refere-se, principalmente, às perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, vide nota explicativa nº 33.h.2.

Notas Explicativas

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	Total
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.277.423	2.806.655	5.415.812	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598
Equivalência patrimonial	(467)	74.844	281.563	(31.904)	324.036	521	324.557
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(50.015)	(991.490)	-	-	(1.041.505)	(1.221)	(1.042.726)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(25)	-	(25)	-	(25)
Instrumento patrimonial outorgado	89	284	2.863	-	3.236	-	3.236
Ajustes de avaliação patrimonial	19	15.842	121	-	15.982	(2.369)	13.613
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(5.946)	-	-	(5.946)	-	(5.946)
Aumento de capital em dinheiro	-	-	1.450.000	-	1.450.000	-	1.450.000
Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxitenos NE	402	(856)	-	-	(454)	-	(454)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.227.451	1.899.333	7.150.334	(22.314)	10.254.804	17.049	10.271.853

Notas Explicativas

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grânéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Em 23 de setembro de 2019, para a concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, foi constituída a Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”). Em 05 de agosto de 2019, para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”). Em 19 de agosto de 2019, na cidade de Cabedelo, foram constituídas a Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), a Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e a Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”) (vide nota explicativa nº 34.c).

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2020.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	União Vopak	RPR	ConectCar	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.342	18.792	82.818	10.351	23.581	1.930	4.183	4.079	153.076
Aporte de capital	-	-	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.860	-	-	-	-	-	-	1.860
Dividendos propostos	-	(165)	-	-	-	-	-	-	(165)
Equivalência patrimonial	354	(21.279)	(6.282)	-	-	-	-	-	(27.207)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>7.696</u>	<u>(792)</u>	<u>86.536</u>	<u>10.351</u>	<u>23.581</u>	<u>1.930</u>	<u>4.183</u>	<u>4.079</u>	<u>137.564</u>

Notas Explicativas

	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446	20.118	74.390	101.954
Aporte de capital	-	-	8.750	8.750
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2.369)	-	(2.369)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(1.473)	(1.221)	-	(2.694)
Equivalência patrimonial	1.082	521	(12.920)	(11.317)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>7.055</u>	<u>17.049</u>	<u>70.220</u>	<u>94.324</u>

	30/06/2020		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.564	361.522	126.415
Ativo não circulante	8.928	141.283	165.626
Passivo circulante	1.966	436.611	118.645
Passivo não circulante	134	68.578	324
Patrimônio líquido	15.392	(2.384)	173.072
Receita líquida	8.488	784.649	45.171
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.264)	(861.172)	(60.969)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(516)	12.470	3.234
Lucro (prejuízo) líquido	708	(64.053)	(12.564)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	248.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

	31/12/2019		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	6.818	428.880	159.972
Ativo não circulante	9.182	133.565	161.817
Passivo circulante	1.116	418.289	155.542
Passivo não circulante	200	87.562	612
Patrimônio líquido	14.684	56.594	165.635
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	228.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

	30/06/2019		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Receita líquida	8.404	1.010.002	36.584
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.922)	(1.007.683)	(63.856)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(316)	(751)	1.432
Lucro (prejuízo) líquido	2.166	1.568	(25.840)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. A controlada Oxiteno S.A. participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2020.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.661	15.934	3.554	138	463	25.750
Dividendos	(1.808)	-	-	-	-	(1.808)
Equivalência patrimonial	1.128	354	(9)	(46)	82	1.509
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>4.981</u>	<u>16.288</u>	<u>3.545</u>	<u>92</u>	<u>545</u>	<u>25.451</u>

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338
Dividendos	(381)	-	-	-	30	(351)
Equivalência patrimonial	921	360	(19)	(46)	53	1.269
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>5.229</u>	<u>15.726</u>	<u>3.571</u>	<u>182</u>	<u>548</u>	<u>25.256</u>

Notas Explicativas

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

30/06/2020

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.954	55.181	53	59	303
Ativo não circulante	13.431	82.176	10.146	558	2.439
Passivo circulante	861	19.445	-	39	187
Passivo não circulante	602	9.945	3.109	302	918
Patrimônio líquido	19.923	107.967	7.090	276	1.637
Receita líquida	5.776	30.335	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.992)	(26.412)	(18)	(112)	265
Resultado financeiro e imposto de renda	(261)	(1.576)	-	(29)	(18)
Lucro (prejuízo) líquido	2.523	2.347	(18)	(141)	247
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

31/12/2019

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	12.172	45.178	71	40	151
Ativo não circulante	14.041	84.705	10.147	703	2.440
Passivo circulante	2.944	11.041	-	25	34
Passivo não circulante	626	9.634	3.110	302	1.167
Patrimônio líquido	22.643	109.208	7.108	416	1.390
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

30/06/2019

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Receita líquida	6.530	27.566	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.524)	(23.799)	(48)	(111)	170
Resultado financeiro e imposto de renda	(107)	(1.380)	10	(28)	(11)
Lucro (prejuízo) líquido	3.899	2.387	(38)	(139)	159
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centro de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e base de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiten: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

- Controladora

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições e remensurações	Cessão de contrato (i)	Amortizações	Saldo em 30/06/2020
Custo:						
Imóveis	7	5.799	1.007	35.001	-	41.807
Veículos	3	-	1.474	-	-	1.474
		5.799	2.481	35.001	-	43.281
Amortização acumulada:						
Imóveis		-	-	(4.763)	(1.731)	(6.494)
Veículos		-	-	-	(123)	(123)
		-	-	(4.763)	(1.854)	(6.617)
Custo líquido		5.799	2.481	30.238	(1.854)	36.664

(i) Cessão de contrato da Cia Ultragaz para a Ultrapar em função da implantação do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC").

Notas Explicativas

Consolidado

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Variação monetária e cambial	Amortizações	Saldo em 30/06/2020
Custo:							
Imóveis	10	2.068.254	93.964	(29.989)	4.722	-	2.136.951
Áreas portuárias (i)	20	68.006	200.430	-	-	-	268.436
Veículos	4	91.868	21.990	(2.140)	3.188	-	114.906
Equipamentos	6	31.822	1.822	(203)	2.734	-	36.175
Outros	20	27.847	-	-	-	-	27.847
		2.287.797	318.206	(32.332)	10.644	-	2.584.315
Amortização acumulada:							
Imóveis		(256.430)	-	17.625	(717)	(135.196)	(374.718)
Áreas portuárias		-	-	-	-	(568)	(568)
Veículos		(27.492)	-	1.000	265	(17.678)	(43.905)
Equipamentos		(7.600)	-	203	(1.723)	(4.538)	(13.658)
Outros		(15.363)	-	-	-	(648)	(16.011)
		(306.885)	-	18.828	(2.175)	(158.628)	(448.860)
Custo líquido		1.980.912	318.206	(13.504)	8.469	(158.628)	2.135.455

(i) Refere-se ao arrendamento de áreas portuárias (vide nota explicativa 34.c).

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	1.854	-	29.752	24.522
Despesas com vendas e comerciais	-	-	127.053	125.138
Despesas gerais e administrativas	-	-	1.823	3.597
	1.854	-	158.628	153.257

Notas Explicativas

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.999	1.588.673
Apropriação de juros	2.585	69.683
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(2.321)	(172.273)
Adições e remensurações	2.481	293.685
Baixas de contratos	-	(13.410)
Variação monetária e cambial	-	8.918
Cessão de contrato (i)	30.238	-
	<u>38.982</u>	<u>1.775.276</u>
Saldo em 30 de junho de 2020		
Circulante	4.271	238.543
Não circulante	34.711	1.536.733

(i) Cessão de contrato da Cia Ultragaz para a Ultrapar em função da implantação do CSC.

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até 1 ano	7.447	372.753
De 1 a 2 anos	14.439	641.414
De 2 a 3 anos	13.491	521.865
De 3 a 4 anos	13.491	348.412
De 4 a 5 anos	3.834	210.272
Mais de 5 anos	-	589.932
	<u>52.702</u>	<u>2.684.648</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

Notas Explicativas

c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Extrafarma, Ipiranga, Serma e Oxiten S.A. mantêm contratos de arrendamento considerados como baixo valor, de curto prazo e de pagamentos variáveis referentes ao uso de equipamentos de fábrica, equipamentos de informática, veículos e imóveis comerciais. As controladas têm a opção de comprar os ativos referentes a equipamentos de informática por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
30/06/2020	3.094	16.913	19.260	39.267

O total de arrendamento mercantil considerados como baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecidos como despesa no período de seis meses findo em 30 junho de 2020, foi R\$ 11.596 (R\$ 7.142 no período de seis meses findo em 30 junho de 2019).

d. Efeitos de inflação

Os efeitos da inflação estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido	Controladora	Consolidado
Base nominal	36.664	2.135.455
Base inflacionada	43.946	2.528.999
	19,9%	18,4%
Passivo de arrendamento	Controladora	Consolidado
Base nominal	38.982	1.775.276
Base inflacionada	46.264	2.168.820
	18,7%	22,2%
Despesa financeira	Controladora	Consolidado
Base nominal	1.211	69.683
Base inflacionada	2.036	91.647
	68,1%	31,5%
Despesa de amortização	Controladora	Consolidado
Base nominal	1.854	158.628
Base inflacionada	2.312	177.556
	24,7%	11,9%

Notas Explicativas

14 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

- Controladora**

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Saldo em 30/06/2020
Custo:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	-	171	-	2.052	2.223
Máquinas e equipamentos	10	-	-	-	82	82
Móveis e utensílios	-	-	59	-	398	457
Obras em andamento	-	2.532	-	-	(2.532)	-
Equipamentos de informática	-	-	5.365	-	3.997	9.362
		2.532	5.595	-	3.997	12.124
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	-	(113)	-	(113)
Máquinas e equipamentos		-	-	(4)	-	(4)
Móveis e utensílios		-	-	(22)	-	(22)
Equipamentos de informática		-	-	(419)	-	(419)
		-	-	(558)	-	(558)
Custo líquido		2.532	5.595	(558)	3.997	11.566

- Consolidado**

Notas Explicativas

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2020
Custo:								
Terrenos	-	667.865	-	-	137	(5.640)	12.227	674.589
Edificações	32	1.925.946	5.643	-	114.588	(10.238)	94.259	2.130.198
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.121.528	7.270	-	35.365	(3.503)	342	1.161.002
Máquinas e equipamentos	13	5.707.721	47.567	-	127.017	(1.503)	315.991	6.196.793
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.991.472	38.266	-	121.429	(24.853)	-	3.126.314
Tanques e vasilhames para GLP	10	755.460	41.001	-	46	(15.237)	-	781.270
Veículos	8	320.161	9.115	-	7.471	(14.749)	374	322.372
Móveis e utensílios	9	295.604	4.754	-	895	(2.191)	3.892	302.954
Obras em andamento	-	827.086	199.044	-	(403.399)	(31)	16.516	639.216
Adiantamentos a fornecedores	-	12.544	262	-	(4.562)	-	-	8.244
Importações em andamento	-	250	367	-	(1)	-	3	619
Equipamentos de informática	5	412.809	11.322	-	4.726	(2.079)	2.375	429.153
		<u>15.038.446</u>	<u>364.611</u>	<u>-</u>	<u>3.712</u>	<u>(80.024)</u>	<u>445.979</u>	<u>15.772.724</u>

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2020
Depreciação acumulada:							
Edificações	(793.835)	-	(31.725)	-	7.845	(16.482)	(834.197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(614.379)	-	(39.924)	-	2.086	(109)	(652.326)
Máquinas e equipamentos	(3.231.627)	-	(156.244)	47	1.255	(55.370)	(3.441.939)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.766.878)	-	(87.424)	-	19.677	-	(1.834.625)
Tanques e vasilhames para GLP	(425.554)	-	(27.195)	(48)	9.242	-	(443.555)
Veículos	(139.045)	-	(12.718)	48	8.394	(274)	(143.595)
Móveis e utensílios	(171.475)	-	(10.328)	-	1.856	(2.118)	(182.065)
Equipamentos de informática	(318.063)	-	(17.338)	(47)	1.920	(2.063)	(335.591)
	<u>(7.460.856)</u>	<u>-</u>	<u>(382.896)</u>	<u>-</u>	<u>52.275</u>	<u>(76.416)</u>	<u>(7.867.893)</u>
Provisão para perdas:							
Adiantamento a fornecedores	(110)	-	-	-	-	-	(110)
Terrenos	(146)	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.599)	(1.199)	-	-	618	(13)	(2.193)
Máquinas e equipamentos	(2.875)	-	-	-	-	(170)	(3.045)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(98)	-	-	-	12	-	(86)
	<u>(4.828)</u>	<u>(1.199)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>630</u>	<u>(183)</u>	<u>(5.580)</u>
Custo líquido	<u>7.572.762</u>	<u>363.412</u>	<u>(382.896)</u>	<u>3.712</u>	<u>(27.119)</u>	<u>369.380</u>	<u>7.899.251</u>

(i) Refere-se a valores transferidos do intangível.

Notas Explicativas

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

As despesas de depreciações foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	210.754	201.309
Despesas com vendas e comerciais	-	-	147.284	143.245
Despesas gerais e administrativas	558	-	24.858	24.763
	<u>558</u>	<u>-</u>	<u>382.896</u>	<u>369.317</u>

Notas Explicativas

15 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

- **Controladora**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Saldo em 30/06/2020
Custo:						
Ágio (a)	-	246.163	-	-	-	246.163
Software (b)	5	-	10.023	-	(3.997)	6.026
		<u>246.163</u>	<u>10.023</u>	<u>-</u>	<u>(3.997)</u>	<u>252.189</u>
Amortização acumulada:						
Software		-	-	(413)	-	(413)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(413)</u>	<u>-</u>	<u>(413)</u>
Custo líquido		<u>246.163</u>	<u>10.023</u>	<u>(413)</u>	<u>(3.997)</u>	<u>251.776</u>

Notas Explicativas

- **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2020
Custo:								
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	4	1.210.529	78.207	-	(3.712)	(3.337)	4.860	1.286.547
Tecnologia (c)	-	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial	5	7.934	21	-	1.117	(1.481)	-	7.591
Fundo de comércio	9	133.599	-	-	-	-	-	133.599
Marcas (d)	-	122.504	-	-	-	-	17.922	140.426
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	44.900	379	-	-	-	4.251	49.530
		<u>3.191.963</u>	<u>78.607</u>	<u>-</u>	<u>(2.595)</u>	<u>(4.818)</u>	<u>27.033</u>	<u>3.290.190</u>
Amortização acumulada:								
Software		(648.861)	-	(85.562)	-	3.337	(3.407)	(734.493)
Tecnologia		(32.616)	-	-	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(6.384)	-	(42)	(1.117)	112	-	(7.431)
Fundo de comércio		(108.932)	-	(2.382)	-	-	-	(111.314)
Direito de uso de marcas		(6.119)	-	(1.469)	-	-	-	(7.588)
Outros		(32.713)	-	(58)	-	-	(6)	(32.777)
		<u>(835.625)</u>	<u>-</u>	<u>(89.513)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>3.449</u>	<u>(3.413)</u>	<u>(926.219)</u>
Provisão para perdas e redução ao valor								
Ágio (a)		(593.280)	-	-	-	-	-	(593.280)
Direitos de propriedade comercial		(465)	(126)	-	-	350	-	(241)
		<u>(593.745)</u>	<u>(126)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>350</u>	<u>-</u>	<u>(593.521)</u>
Custo líquido		<u>1.762.593</u>	<u>78.481</u>	<u>(89.513)</u>	<u>(3.712)</u>	<u>(1.019)</u>	<u>23.620</u>	<u>1.770.450</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado.

Notas Explicativas

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	4.588	5.731
Despesas com vendas e comerciais	-	-	3.961	1.501
Despesas gerais e administrativas	413	-	80.964	45.549
	<u>413</u>	<u>-</u>	<u>89.513</u>	<u>52.781</u>

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	30/06/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Extrafarma - impairment	Extrafarma	(593.280)	(593.280)
Extrafarma - líquido	Extrafarma	68.273	68.273
Ipiranga ⁽¹⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Oxitenio Uruguay	Oxitenio	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros	Oxitenio	583	583
		<u>931.808</u>	<u>931.808</u>

⁽¹⁾ Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em

Notas Explicativas

vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019 variaram de 8,9 % a 12,1% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2020 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

Os testes de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas indicaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 593.280 para a controlada Extrafarma no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (vide nota explicativa nº 2.u).

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com *softwares* em andamento no montante de R\$ 37.327 em 30 de junho de 2020 e R\$ 56.472 em 31 de dezembro de 2019.

c. Tecnologia

As controladas Oxiten S.A. e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘*am/pm*’ no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

Notas Explicativas**16 Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção****a. Composição**• **Controladora:**

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2020 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.741.482	1.752.081	DI	105,3	2023
Nota Promissória - Ultrapar (h.1)	1.009.997	-	R\$ + DI	3,1	2021
Total	2.751.479	1.752.081			
Circulante	1.027.740	28.713			
Não circulante	1.723.739	1.723.368			

• **Consolidado:**

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2020 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	5.747.009	4.213.662	US\$	5,3	2026 a 2029
Financiamento externo (c.1) (*)	1.474.151	1.057.407	US\$	3,9	2021 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	818.834	608.685	US\$ + LIBOR (1)	0,9	2022 a 2023
Instituições financeiras (e)	659.380	604.741	US\$ + LIBOR (1)	1,8	2020 a 2023
Instituições financeiras (e)	174.345	132.417	US\$	2,6	2020 a 2022
Instituições financeiras (e)	57.436	41.164	MX\$ (2)	10,5	2020
Financiamento externo (c.2)	-	243.837	US\$+ LIBOR (1)	-	2020
BNDES (d)	-	208	US\$	-	2020
Total moeda estrangeira	8.931.155	6.902.121			

Notas Explicativas

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2020 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6)	2.035.647	2.036.647	DI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – Ipiranga (g.1 e g.3)	1.730.060	1.868.612	DI	105,0	2020 a 2022
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.741.482	1.752.080	DI	105,3	2023
Nota promissória - Ultrapar (h.1)	1.009.997	-	R\$ + DI	3,1	2021
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) (*)	947.390	941.614	IPCA	4,6	2024 a 2025
Banco do Brasil pós-fixado (f)	406.789	611.276	DI	110,9	2020 a 2022
Nota promissória - Ipiranga (h.2)	301.885	-	R\$ + DI	2,0	2021
Cédula de Crédito Bancário	233.949	-	R\$ + DI	3,5	2021
Debêntures – Tequimar (g.7)	85.254	89.278	R\$	6,5	2024
BNDES (d)	38.693	62.578	TJLP (3)	2,2	2020 a 2023
FINEP	35.565	41.345	TJLP (3)	1,6	2020 a 2023
BNDES (d)	18.622	30.392	SELIC (5)	2,4	2020 a 2023
FINEP	9.614	12.820	R\$	4,0	2020 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	8.257	10.039	R\$ (4)	8,5	2020 a 2021
BNDES (d)	1.615	3.913	R\$	8,4	2020 a 2022
FINAME	8	22	TJLP (3)	5,7	2020 a 2022
Total moeda nacional	<u>8.604.827</u>	<u>7.460.616</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>17.535.982</u>	<u>14.362.737</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	<u>228.190</u>	<u>29.985</u>			
Total	<u>17.764.172</u>	<u>14.392.722</u>			
Circulante	2.597.216	1.117.441			
Não circulante	15.166.956	13.275.281			

Notas Explicativas

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 33.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 33.i).

- 1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- 2) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- 3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de junho de 2020, a TJLP estava fixada em 4,94% a.a.
- 4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de junho de 2020, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- 5) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.362.737
Captações com efeito caixa	1.611.155
Apropriação de juros	373.256
Pagamento de principal	(984.871)
Pagamento de juros	(336.187)
Variação monetária e cambial	2.466.214
Variação de valor justo	43.678
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>17.535.982</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
De 1 a 2 anos	2.787.002	1.424.775
De 2 a 3 anos	3.591.433	3.115.495
De 3 a 4 anos	2.455.162	3.451.988
De 4 a 5 anos	328.191	765.263
Mais de 5 anos	6.005.168	4.517.760
	<u>15.166.956</u>	<u>13.275.281</u>

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.i.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 33.h).

Notas Explicativas

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750.000 (equivalente a R\$ 4.107.000 em 30 de junho de 2020) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 33.h.3).

Em 6 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500.000 (equivalente a R\$ 2.738.000 em 30 de junho de 2020) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 33.h.3).

Em 21 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200.000 (equivalente a R\$ 1.095.200 em 30 de junho de 2020) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150.000 (equivalente a R\$ 821.400 em 30 de junho de 2020) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

c. Financiamentos externos

c.1. A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395.000 (equivalente a R\$ 2.163.020 em 30 de junho de 2020). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do DI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 33.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhares)	R\$ (milhares)	Custo em % do DI
Encargos ⁽¹⁾	23.734	129.965	-
jul/2021	60.000	328.560	101,8
jun/2022	100.000	547.600	105,0
jul/2023	50.000	273.800	104,8
set/2023	60.000	328.560	105,0
set/2023	65.000	355.940	104,7
nov/2023	60.000	328.560	104,5
Total / custo médio	<u>418.734</u>	<u>2.292.985</u>	<u>104,4</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas informações trimestrais consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c.2. A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation (“GPPTC”) contratou um financiamento externo no montante de US\$ 60.000, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do DI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiten S.A.. O financiamento foi liquidado pela controlada GPPTC no vencimento.

Notas Explicativas

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxitenos México S.A. de C.V., Oxitenos USA LLC (“Oxitenos USA”) e Oxitenos Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxitenos USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR + 1,9% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhares)	R\$ (milhares)
Encargos (1)	69	380
ago/2020	10.000	54.917
fev/2021	10.000	54.917
mar/2022	30.000	164.750
out/2022	40.000	219.666
mar/2023	30.000	164.750
Total	<u>120.069</u>	<u>659.380</u>

(1) Considera juros e custo de transação.

Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas informações trimestrais consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidado, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

Notas Explicativas

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

A controlada Oxiteno USA liquidou antecipadamente US\$20 milhões de tais financiamentos.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A controlada IPP liquidou antecipadamente R\$ 400 milhões de tais empréstimos em dezembro de 2019.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2020):

Vencimento	30/06/2020
mai/2021	203.789
mai/2022	<u>203.000</u>
 Total	 <u>406.789</u>

g. Debêntures

g.1 Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

g.2 Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

g.3 Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.4 Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

g.5 Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.6 Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

g.7 Em novembro de 2019, a controlada Tequimar efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfica, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	19 de novembro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	6,47%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Tequimar contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Tequimar designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2020):

Vencimento	30/06/2020
Encargos ¹	201.556
mai/2021	166.700
jul/2021	750.000
abr/2022	660.139
jul/2022	750.000
out/2022	730.384
mar/2023	1.725.000
dez/2023	660.000
abr/2024	352.361
out/2024	213.693
nov/2024	90.000
dez/2025	240.000
Total	<u>6.539.833</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

Notas Explicativas

h. Notas promissórias

h.1 Em abril de 2020, a Sociedade efetuou sua segunda emissão pública de notas promissórias em série única de 40 notas comerciais, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 25.000.000,00
Vencimento final:	6 de abril de 2021
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	DI + 3,10%
Pagamento da remuneração:	Em única parcela, no vencimento
Repactuação:	Não haverá repactuação

h.2 Em abril de 2020, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de notas promissórias em série única de 15 notas comerciais, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 20.000.000,00
Vencimento final:	3 de abril de 2021
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	DI + 2,00%
Pagamento da remuneração:	Em única parcela, no vencimento
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

i. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2019	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2020
Debêntures (g)	0,2	41.406	-	(6.596)	34.810
Notas no mercado externo (b)	0,1	28.114	-	(1.705)	26.409
Notas Promissórias (h)	0,5	-	6.802	(1.575)	5.227
Banco do Brasil (f)	0,2	770	-	(256)	514
Financiamentos externos (c)	0,0	94	-	(94)	-
Outros	0,2	1.382	-	(316)	1.066
Total		71.766	6.802	(10.542)	68.026

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	12.778	11.424	6.710	3.338	457	103	34.810
Notas no mercado externo (b)	3.420	3.422	3.424	3.436	3.428	9.279	26.409
Notas Promissórias (h)	5.227	-	-	-	-	-	5.227
Banco do Brasil (f)	348	166	-	-	-	-	514
Outros	343	496	227	-	-	-	1.066
Total	22.116	15.508	10.361	6.774	3.885	9.382	68.026

j. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 74.643 em 30 de junho de 2020 (R\$ 73.536 em 31 de dezembro de 2019) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 13.645.916 em 30 de junho de 2020 (R\$ 11.833.294 em 31 de dezembro de 2019).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 208.671 em 30 de junho de 2020 (R\$ 293.509 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Algumas controladas da Sociedade emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “vendedor”), conforme abaixo:

	IPP		Oxiteno	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	153.452	81.344	-	2.753
Vencimento de até	46 meses	60 meses	-	4 meses
Valor justo das garantias outorgadas	2.361	1.237	-	68

Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 30 de junho de 2020, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “demais contas a pagar” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	5.928	2.173	1.297.150	1.823.952
Fornecedores nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	-	4.014	73.304
Fornecedores nacionais - convênio (i)	-	-	472.403	262.870
Fornecedores nacionais - convênio (i) - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	-	58.003	193.080
Fornecedores estrangeiros	-	-	457.452	261.222
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	-	-	249.272	85.643
	<u>5.928</u>	<u>2.173</u>	<u>2.538.294</u>	<u>2.700.071</u>

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras, que consistem na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

Notas Explicativas**18 Salários e encargos sociais**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisões sobre folha de pagamento	9.079	-	216.165	184.716
Participação nos lucros, bônus e prêmios	9.074	-	88.232	133.533
Encargos sociais	10.899	958	113.937	70.228
Outros	102	-	20.735	17.159
	<u>29.154</u>	<u>958</u>	<u>439.069</u>	<u>405.636</u>

19 Obrigações tributárias (Consolidado)

	30/06/2020	31/12/2019
ICMS	136.717	149.547
PIS e COFINS	28.018	40.676
ISS	20.818	26.986
IVA das controladas no exterior	22.609	25.619
Outros	<u>22.719</u>	<u>27.094</u>
	<u>230.881</u>	<u>269.922</u>

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)**a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar**

Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, as controladas contribuíram com R\$ 9.485 (R\$ 10.842 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2020 atingiu 7.656 participantes ativos e 346 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 25 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

Em maio de 2020, o Conselho Deliberativo da Ultraprev aprovou a utilização do fundo de reversão no montante de R\$ 47.088 sendo R\$ 1.567 utilizado no trimestre para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras. O saldo de R\$ 45.521 em 30 de junho de 2020 será utilizado num período médio entre 10 e 70 meses dependendo da patrocinadora.

Notas Explicativas

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 30 de junho de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	-	-	155.604	154.142
Indenização do FGTS	2.979	-	67.414	66.309
Gratificação por tempo de serviço	3.536	-	35.284	34.485
Seguro de vida ⁽¹⁾	-	-	18.490	17.931
Total	6.515	-	276.792	272.867
Circulante	-	-	29.728	28.951
Não circulante	6.515	-	247.064	243.916

⁽¹⁾ somente aplicável a IPP e Iconic Lubrificantes S.A. ("Iconic").

21 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.242
Adições (novos tanques)	59
Gastos com tanques retirados	(1.519)
Despesa com atualização	509
Saldo em 30 de junho de 2020	50.291
Circulante	4.283
Não circulante	46.008

Notas Explicativas**22 Provisões e contingências (Consolidado)*****a.Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 30/06/2020
IRPJ e CSLL (a.1.1)	541.281	-	(537)	-	4.578	545.322
PIS e COFINS	10.155	-	(10.264)	-	109	-
ICMS	96.472	4.067	(812)	(4.085)	70	95.712
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	85.855	4.388	(13.322)	(19.824)	132	57.229
Trabalhistas (a.3.1)	98.010	4.269	(1.273)	(5.442)	2.074	97.638
Outras	92.822	-	(130)	-	231	92.923
Total	924.595	12.724	(26.338)	(29.351)	7.194	888.824
Circulante	40.455					42.096
Não circulante	884.140					846.728

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Tributários	766.101	753.810
Trabalhistas	73.406	71.605
Cíveis e outros	110.238	96.028
Total – ativo não circulante	949.745	921.443

Notas Explicativas

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 520.502 em 30 de junho de 2020 (R\$ 515.825 em 31 de dezembro de 2019). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 57.229 em 30 de junho de 2020 (R\$ 85.855 em 31 de dezembro de 2019). A controlada IPP celebrou acordo em dois processos cíveis que estavam provisionados pelo valor esperado de perda no montante de R\$ 27.995. Razão pela qual, com o encerramento dos casos, a referida provisão foi baixada no período.

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 97.638 em 30 de junho de 2020 (R\$ 98.010 em 31 de dezembro de 2019) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 3.239.192 em 30 de junho de 2020 (R\$ 2.840.086 em 31 de dezembro de 2019).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.334.465 em 30 de junho de 2020 (R\$ 2.028.159 em 31 de dezembro de 2019), dos quais se destacam:

Notas Explicativas

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 175.458 em 30 de junho de 2020 (R\$ 173.738 em 31 de dezembro de 2019).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 952.455 em 30 de junho de 2020 (R\$ 836.822 em 31 de dezembro de 2019). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 295.255 em 30 de junho de 2020 (R\$ 319.849 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$ 91.259 (R\$ 126.772 em 31 de dezembro de 2019) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 97.272 em 30 de junho de 2020 (R\$ 92.567 em 31 de dezembro de 2019); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 119.142 em 30 de junho de 2020 (R\$ 117.753 em 31 de dezembro de 2019); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 277.207 em 30 de junho de 2020 (R\$ 172.736 em 31 de dezembro de 2019) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 738.727 em 30 de junho de 2020 (R\$ 699.360 em 31 de dezembro de 2019) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 210.945 em 30 de junho de 2020 (R\$ 208.449 em 31 de dezembro de 2019), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 616.235 totalizando 2.901 processos em 30 de junho de 2020 (R\$ 549.664 totalizando 3.109 processos em 31 de dezembro de 2019), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 33.790 em 30 de junho de 2020 (R\$ 33.603 em 31 de dezembro de 2019). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

Notas Explicativas

b.2.2 Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no montante de R\$ 95.987, pagos em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no montante total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no montante de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no montante de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3 A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região do Distrito Federal. Em abril de 2019, houve a aplicação de multa administrativa no montante de R\$ 40.693, que segue em discussão judicial, por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. A controlada IPP continuará a exercer a sua defesa recorrendo em todas as instâncias administrativas e judiciais. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 30 de junho de 2020.

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Tequimar firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Tequimar acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Tequimar deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao Projeto de Manejo de Pesca, para a obtenção do arquivamento definitivo do processo. Adicionalmente, em 30 de junho de 2020 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 6.149 (R\$ 11.403 em 31 de dezembro de 2019). Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não existiam pleitos extrajudiciais.

Notas Explicativas

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 288.492 totalizando 1.580 processos em 30 de junho de 2020 (R\$ 262.263 totalizando 1.649 processos em 31 de dezembro de 2019), dos quais destaca-se:

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiten S.A. e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”), ajuizou, em 1990, ações coletivas contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações coletivas contra as controladas, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável a Oxiten S.A. e EMCA; a ação coletiva do Sindiquímica contra SINPEQ transitou em julgado no STF em outubro de 2019, e restou desfavorável ao SINPEQ. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou nova ação de cumprimento em face da Oxiten S.A. e, em 2017, em face da EMCA, pois estas empresas não firmaram o acordo de 2010 com o Sindiquímica. Para a Oxiten S.A. foi proferida decisão favorável e estamos aguardando julgamento do Recurso do Sindiquímica e do Recurso Adesivo da Oxiten S.A. no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Para a EMCA, a decisão de 1ª instância favorável foi revertida no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo opostos Embargos de Declaração pela EMCA, aguardando julgamento. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 5.371 (R\$ 5.423 em 31 de dezembro de 2019) estão refletidas na consolidação dessas informações trimestrais. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 188.073 em 30 de junho de 2020 (R\$ 188.073 em 31 de dezembro de 2019). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

Notas Explicativas

d. Ativos contingentes

d.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Todas as controladas, cuja tese jurídica de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é aplicável, possuem ações visando a obtenção desse direito. Para as controladas Oxiten S.A., Extrafarma e Tequimar já há decisões definitivas transitadas em julgado, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela administração e registrados em resultado, até o presente exercício de 2020, o montante de R\$ 487.203 (R\$ 338.110 até 2019). Em razão de liminares obtidas, algumas controladas já excluíram o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins de suas apurações no montante de R\$ 166.966 até 30 de junho de 2020 (R\$ 141.618 até 31 de dezembro de 2019). Os valores a recuperar das demais controladas serão reconhecidos na medida em que houver, concomitantemente, o trânsito em julgado da ação individual e a confirmação dos subsídios comprobatórios pela administração.

A administração da Sociedade ressalta ser possível o STF modular os efeitos do julgamento, seja restringindo sua eficácia para alcançar fatos geradores a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, ou reinterpretando a importância de ICMS a ser excluída. Após o efetivo trânsito em julgado da decisão no STF, a administração da Sociedade avaliará o impacto sobre as ações de suas Controladas, o que poderá vir a resultar em redução dos créditos tributários pleiteados.

Notas Explicativas

23 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/06/2020	31/12/2019
Taxa inicial de franquia am/pm e Jet Oil (a)	429	956
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	24.134	25.096
Programa de fidelidade Clube Extrafarma(b)	1.820	1.574
Total circulante	26.383	27.626

a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2020 eram representadas por 2.345 lojas (2.377 lojas em 31 de dezembro de 2019). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2020 eram representadas por 1.473 lojas (1.492 lojas em 31 de dezembro de 2019).

b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

Notas Explicativas

24 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderiam ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos.

Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014.

Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extrafarma de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos anteriores a 31 de janeiro de 2014, 528.344 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização foram canceladas e não emitidas em 19 de fevereiro de 2020. Também foram retidas 3.774.388 ações, vinculadas aos bônus de subscrição – indenização, que serão emitidas a medida em que os desfechos dos processos sejam favoráveis em decisão definitiva à Extrafarma. Assim o número máximo de ações, que podem ser emitidas futuramente, vinculadas ao bônus de subscrição – indenização, é de até 3.431.057 ações, totalizando R\$ 63.063 em 30 de junho de 2020.

Em 12 de agosto de 2020, o CA confirmou a emissão de 86.798 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a emissão parcial vide nota explicativa nº 35.d.

Notas Explicativas

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2020, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.114.918.734 (1.112.810.192 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 30 de junho de 2020 era de R\$ 18,38 (R\$ 25,48 em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de junho de 2020, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.600.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do CA. Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição - indenização. Para maiores informações sobre a alteração do capital social vide nota explicativa nº 24.

Em 30 de junho de 2020, estavam em circulação no exterior 47.479.723 ações ordinárias na forma de ADRs (46.518.315 ações em 31 de dezembro de 2019).

Em 10 de abril de 2019, a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes.

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, 26.780.298 ações ordinárias adquiridas ao custo médio de R\$ 18,12.

Notas Explicativas

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações. Adicionalmente, em 19 de fevereiro de 2020 houve um aumento da reserva no montante de R\$ 53.072, decorrente do exercício parcial dos bônus de subscrição – indenização (vide nota explicativa nº 24).

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.290.073 em 30 de junho de 2020 (R\$ 3.290.073 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Notas Explicativas

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2019	(296.132)	205	(47.759)	197.369	(146.317)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(721.246)	909	-	-	(720.337)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	245.857	-	-	-	245.857
Em 30 de junho de 2020	<u>(771.521)</u>	<u>1.114</u>	<u>(47.759)</u>	<u>197.369</u>	<u>(620.797)</u>

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	20.048	911	-	-	20.959
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(7.641)	-	-	-	(7.641)
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	238	-	238
Em 30 de junho de 2019	<u>(230.929)</u>	<u>638</u>	<u>(17.511)</u>	<u>197.369</u>	<u>(50.433)</u>

Notas Explicativas

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 33.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	30/06/2020
Em 31 de dezembro de 2019	102.427
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	226.742
Variação cambial dos instrumentos financeiros	(137.304)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial	<u>46.684</u>
Em 30 de junho de 2020	<u>238.549</u>
	30/06/2019
Em 31 de dezembro de 2018	65.857
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	(8.572)
Variação cambial dos instrumentos financeiros	4.069
IRPJ e CSLL sobre variação cambial	<u>(1.383)</u>
Em 30 de junho de 2019	<u>59.971</u>

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 261.470 (R\$ 0,24 – vinte quatro centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020, e serão pagos a partir de 06 de março de 2020.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.689	16.694
Provisões	261.470	264.260
Pagamentos	<u>(260.004)</u>	<u>(263.059)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>16.155</u>	<u>17.895</u>

Notas Explicativas**26 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)**

	30/06/2020	30/06/2019
Receita de vendas bruta	39.663.687	44.872.564
Receita de serviços prestados bruta	436.021	381.294
Impostos sobre vendas	(1.934.506)	(1.881.493)
Devoluções e abatimentos	(753.010)	(756.582)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(150.854)	(177.818)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 23)	2.034	(6.067)
	<u>37.263.372</u>	<u>42.431.898</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>37.263.372</u>	<u>42.431.898</u>

27 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	-	-	34.026.153	38.858.521
Gastos com pessoal	71.298	4.236	1.073.013	1.225.145
Frete e armazenagens	-	-	634.549	568.780
Depreciação e amortização	971	-	458.512	416.867
Amortização de ativos de direito de uso	1.854	-	158.628	153.257
Propaganda e marketing	278	-	73.705	99.322
Serviços prestados por terceiros	10.033	6.840	150.809	153.713
Outras despesas	7.272	1.974	126.683	214.854
Rateio corporativo	(91.706)	(13.050)	-	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.702.052</u>	<u>41.690.459</u>
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	34.802.194	39.581.566
Despesas com vendas e comerciais	-	-	1.196.737	1.309.419
Despesas gerais e administrativas	-	-	703.121	799.474
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.702.052</u>	<u>41.690.459</u>

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado e intangível. O resultado foi um ganho de R\$ 20.910 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (perda de R\$ 1.055 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019), representado principalmente pela venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas**29 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	30/06/2020	30/06/2019
Parceria comercial ⁽¹⁾	12.636	24.374
Merchandising ⁽²⁾	13.837	10.412
Programa de fidelidade ⁽³⁾	104	4.798
Créditos fiscais extraordinários ⁽⁴⁾	132.021	50.048
Termo de Ajustamento de Conduta - Tequimar ⁽⁵⁾	-	(52.539)
Outros	<u>1.556</u>	<u>9.727</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>160.154</u>	<u>46.820</u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS da Oxiten S.A., Ipiranga, Oleoquímica, EMCA, Tequimar e Ultracargo (vide nota explicativa nº 7.a.2) e, em 2019, substancialmente aos créditos da Extrafarma e Iconic.

⁽⁵⁾ Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.b.2.4.

Notas Explicativas**30 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	23.723	44.660	84.692	165.057
Juros de clientes	-	-	60.616	71.315
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	8.010	31.679	8.010	31.679
Juros Selic sobre créditos extraordinários de PIS/COFINS (vide nota explicativa nº 7.a.2)	-	-	77.915	4.896
Outras receitas	36	-	3.931	3.341
	<u>31.769</u>	<u>76.339</u>	<u>235.164</u>	<u>276.288</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(15.001)	-	(200.059)	(167.192)
Juros sobre debêntures	(33.108)	(57.640)	(142.625)	(277.086)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(2.584)	-	(69.649)	(49.520)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(940)	(1.823)	(39.197)	(33.314)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(30.628)	147.405
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	(964)	12.071
	<u>(51.633)</u>	<u>(59.463)</u>	<u>(483.122)</u>	<u>(367.636)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(19.864)</u>	<u>16.876</u>	<u>(247.958)</u>	<u>(91.348)</u>

Notas Explicativas**31 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)**

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 24, respectivamente.

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro básico por ação		
Lucro líquido da Sociedade	201.925	342.262
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.088.217	1.084.367
Lucro básico por ação - R\$	0,1856	0,3156
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	201.925	342.262
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.094.700	1.090.553
Lucro diluído por ação - R\$	0,1845	0,3138
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.088.217	1.084.367
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	3.774	3.774
Plano de ações	2.709	2.412
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	1.094.700	1.090.553

As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 24.

32 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

Notas Explicativas***a. Informações financeiras relativas aos segmentos***

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	30/06/2020	30/06/2019
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	3.484.878	3.412.736
Ipiranga	30.249.792	35.651.471
Oxitenó	2.308.868	2.122.011
Ultracargo	318.307	252.574
Extrafarma	977.430	1.046.146
	<u>37.339.275</u>	<u>42.484.938</u>
Outros (1)	24.431	18.881
Vendas entre segmentos	(100.334)	(71.921)
Total	<u><u>37.263.372</u></u>	<u><u>42.431.898</u></u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.226	1.824
Ipiranga	113	332
Oxitenó	7.640	12.011
Ultracargo	65.735	38.919
	<u>75.714</u>	<u>53.086</u>
Outros (1)	24.620	18.835
Total	<u><u>100.334</u></u>	<u><u>71.921</u></u>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.482.652	3.410.912
Ipiranga	30.249.679	35.651.139
Oxitenó	2.301.228	2.110.000
Ultracargo	252.572	213.655
Extrafarma	977.430	1.046.146
	<u>37.263.561</u>	<u>42.431.852</u>
Outros (1)	(189)	46
Total	<u><u>37.263.372</u></u>	<u><u>42.431.898</u></u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	238.964	118.246
Ipiranga	248.190	694.752
Oxitenó	158.644	(22.864)
Ultracargo	141.571	23.913
Extrafarma	(54.791)	(60.056)
Corporativo (2)	(47.303)	(34.589)
	<u>685.275</u>	<u>719.402</u>
Outros (1)	593	2.162
Total	<u><u>685.868</u></u>	<u><u>721.564</u></u>

30/06/2020

30/06/2019

Notas Explicativas

Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Ultragaz	36	7
Ipiranga	1.128	(11.999)
Oxitenó	345	341
Ultracargo	354	1.082
	<u>1.863</u>	<u>(10.569)</u>
Outros (3)	(27.561)	521
Total	<u>(25.698)</u>	<u>(10.048)</u>

Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social

	660.170	711.516
Resultado financeiro, líquido	<u>(247.958)</u>	<u>(91.348)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>412.212</u>	<u>620.168</u>

Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):

Ultragaz	128.721	92.684
Ipiranga	139.395	145.588
Oxitenó	88.949	122.531
Ultracargo	47.123	80.637
Extrafarma	17.672	39.431
	<u>421.860</u>	<u>480.871</u>
Outros (1)	21.358	4.937

Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15)

	443.218	485.808
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21)	(59)	(164)
Provisão para desmobilização de máquinas e equipamentos	(406)	-
Juros capitalizados	<u>(9.659)</u>	<u>(13.758)</u>

Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)

	<u>433.094</u>	<u>471.886</u>
--	----------------	----------------

Adições de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):

Ipiranga	231.767	126.334
Ultragaz	<u>4.812</u>	<u>-</u>
Total	<u>236.579</u>	<u>126.334</u>

Notas Explicativas

	30/06/2020	30/06/2019
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível no resultado:		
Ultragaz	94.202	95.266
Ipiranga	156.700	145.839
Oxiten	126.361	100.330
Ultracargo	30.843	28.681
Extrafarma	41.368	39.185
	<u>449.474</u>	<u>409.301</u>
Outros (1)	9.038	7.566
Total	<u>458.512</u>	<u>416.867</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	150.041	177.818
Ultragaz	813	-
Total	<u>150.854</u>	<u>177.818</u>
Amortização de ativos de direito de uso:		
Ultragaz	18.609	15.246
Ipiranga	86.655	82.584
Oxiten	6.062	4.591
Ultracargo	9.305	11.812
Extrafarma	35.950	39.024
	<u>156.581</u>	<u>153.257</u>
Outros (1)	2.047	-
Total	<u>158.628</u>	<u>153.257</u>
	30/06/2020	31/12/2019
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.910.771	2.998.623
Ipiranga	16.692.688	16.278.320
Oxiten	9.020.021	7.453.476
Ultracargo	2.099.258	1.871.799
Extrafarma	1.867.221	2.060.182
	<u>32.589.959</u>	<u>30.662.400</u>
Outros (1)	1.498.258	533.072
Total	<u>34.088.217</u>	<u>31.195.472</u>

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

⁽²⁾ Despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo, a Presidência, os CA e CF, os comitês de assessoria ao CA e as diretorias de Capital Humano e de Riscos, Compliance e Auditoria.

⁽³⁾ A linha “Outros” inclui a equivalência patrimonial dos empreendimentos controlados em conjunto ConectCar e RPR.

Notas Explicativas

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxitenno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Estados Unidos	1.238.792	909.787
México	152.793	124.809
Uruguai	<u>97.944</u>	<u>74.732</u>
	<u>1.489.529</u>	<u>1.109.328</u>

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México e no Uruguai, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	36.361.460	41.730.719
México	115.595	116.404
Uruguai	44.179	25.950
Outros países da América Latina	274.232	203.155
Estados Unidos e Canadá	292.373	219.275
Extremo Oriente	49.859	40.834
Europa	82.073	62.487
Venezuela	-	1.066
Outros	<u>43.601</u>	<u>32.008</u>
Total	<u>37.263.372</u>	<u>42.431.898</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxitenno.

33 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

Notas Explicativas

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

Notas Explicativas

	30/06/2020	31/12/2019
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	966.597	455.620
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	343.735	213.544
Outros ativos	<u>1.802.468</u>	<u>1.445.022</u>
	<u>3.112.800</u>	<u>2.114.186</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(8.868.961)	(6.895.052)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	<u>(698.104)</u>	<u>(344.523)</u>
	<u>(9.567.065)</u>	<u>(7.239.575)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>4.269.931</u>	<u>3.636.418</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(2.184.334)</u>	<u>(1.488.971)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	208.276	452.178
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	<u>(2.392.610)</u>	<u>(1.941.149)</u>

Notas Explicativas

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 2.184.334 em moeda estrangeira em 30 de junho de 2020:

	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do	20.828	52.069	104.138
(2) Efeito no patrimônio líquido	Real	(239.261)	(598.153)	(1.196.305)
(1) + (2)	Efeito	<u>(218.433)</u>	<u>(546.084)</u>	<u>(1.092.167)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do	(20.828)	(52.069)	(104.138)
(4) Efeito no patrimônio líquido	Real	239.261	598.153	1.196.305
(3) + (4)	Efeito	<u>218.433</u>	<u>546.084</u>	<u>1.092.167</u>

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.488.971 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019:

	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do	45.218	113.045	226.089
(2) Efeito no patrimônio líquido	Real	(194.115)	(485.287)	(970.575)
(1) + (2)	Efeito	<u>(148.897)</u>	<u>(372.242)</u>	<u>(744.486)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do	(45.218)	(113.045)	(226.089)
(4) Efeito no patrimônio líquido	Real	194.115	485.287	970.575
(3) + (4)	Efeito	<u>148.897</u>	<u>372.242</u>	<u>744.486</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 25.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

Notas Explicativas**c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes**

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
DI			
Equivalentes de caixa	4.a	3.506.924	1.780.939
Aplicações financeiras	4.b	2.417.220	2.610.686
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - DI	33.g	-	19.323
Financiamentos e debêntures	16.a	(7.459.809)	(6.268.615)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - DI	33.g	(2.717.862)	(3.318.289)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	33.g	(908.358)	(821.902)
Posição líquida passiva em DI		<u>(5.161.885)</u>	<u>(5.997.858)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	(74.266)	(103.945)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(74.266)</u>	<u>(103.945)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33.g	818.816	850.307
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	(1.478.214)	(1.457.263)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(659.398)</u>	<u>(606.956)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	16.a	(18.622)	(30.392)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(18.622)</u>	<u>(30.392)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(5.914.171)</u>	<u>(6.739.151)</u>

Notas Explicativas

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

		30/06/2020		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Provável	25%	50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	8.113	20.283	40.567
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI	(12.172)	(30.430)	(60.861)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(3.873)	(12.566)	(27.055)
Despesa incremental		(7.932)	(22.713)	(47.349)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(104)	(260)	(521)
Despesa incremental		(104)	(260)	(521)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	598	1.495	2.989
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1.159)	(2.897)	(5.794)
Despesa incremental		(561)	(1.402)	(2.805)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(42)	(104)	(208)
Despesa incremental		(42)	(104)	(208)

Notas Explicativas

		31/12/2019		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Provável	25%	50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	29.304	73.261	146.522
Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação DI	55	137	274
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI	(44.469)	(111.173)	(222.345)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(39.175)	(85.571)	(162.897)
Despesa incremental		(54.285)	(123.346)	(238.446)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1.213)	(3.033)	(6.065)
Despesa incremental		(1.213)	(3.033)	(6.065)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1.722	4.305	8.609
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3.551)	(8.876)	(17.753)
Despesa incremental		(1.829)	(4.571)	(9.144)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(251)	(628)	(1.257)
Despesa incremental		(251)	(628)	(1.257)

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Notas Explicativas

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	30/06/2020	31/12/2019
AAA	6.744.148	4.906.077
AA	107.218	331.512
A	1.164.012	418.020
BBB	432.145	56.488
Total	8.447.523	5.712.097

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, informações trimestrais, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, informações trimestrais auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

Notas Explicativas

As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	30/06/2020	31/12/2019
Ipiranga	493.690	447.235
Ultragaz	110.912	94.985
Oxitenio	15.263	13.252
Extrafarma	126	3.419
Ultracargo	1.639	2.001
	<u>621.630</u>	<u>560.892</u>
Total	621.630	560.892

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	1,6%	3.341.052	54.157	1,3%	3.843.803	50.198
< 30 dias	4,0%	136.794	5.504	2,1%	185.612	3.975
31 a 60 dias	6,4%	50.323	3.200	7,1%	37.801	2.688
61 a 90 dias	7,4%	52.526	3.907	20,4%	24.861	5.062
91 a 180 dias	38,4%	106.887	41.009	41,8%	91.633	38.337
> 180 dias	56,4%	910.341	513.853	53,1%	867.618	460.632
		<u>4.597.923</u>	<u>621.630</u>		<u>5.051.328</u>	<u>560.892</u>

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	30/06/2020	31/12/2019
Brasil	610.113	550.928
México	288	1.123
Uruguai	144	267
Outros países da América Latina	163	561
Estados Unidos e Canadá	1.244	889
Europa	9.584	7.075
Extremo Oriente	20	-
Outros	74	49
	<u>621.630</u>	<u>560.892</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

Notas Explicativas

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 2.813.979 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos previsto inicialmente para 2020 totalizava R\$ 1.771 milhões (vide nota explicativa nº 35). Até o primeiro semestre, foram realizados R\$ 700.859. Em 30 de junho de 2020, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.980.048 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de junho de 2020 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	20.085.737	2.813.979	7.577.062	3.290.825	6.403.871
Instrumentos de proteção (3)	694.972	288.899	93.085	120.871	192.117
Fornecedores	2.538.294	2.538.294	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.684.648	372.753	1.163.279	558.684	589.932

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) DI de 2,11% para 2020, 2,46% para 2021, 3,53% para 2022 e 4,52% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,95 em 2020, R\$ 4,50 em 2021, R\$ 4,15 em 2022, R\$ 4,18 em 2023, R\$ 4,21 em 2024, R\$ 4,23 em 2025, R\$ 4,25 em 2026, R\$ 4,27 em 2027, R\$ 4,29 em 2028 e R\$ 4,31 em 2029; (iii) TJLP de 4,91%; (iv) IGP-M 5,88% em 2020, 3,99% em 2021, 3,45% em 2022, 3,25% a partir de 2023; (v) IPCA de 1,8% em 2020, 2,8% em 2021, 3,0% a partir de 2022 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

Notas Explicativas

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 30 de junho de 2020, e na curva futura de LIBOR (ICE – IntercontinentalExchange) e contratos das commodities heating oil e RBOB cotados na New York Mercantile Exchange (“NYMEX”) em 30 de junho de 2020. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Swap cambial	Dívida	USD + 4,54 %	104,0% DI	nov-23	USD 245.000	USD 245.000	523.254	69.298
Swap cambial	Dívida	USD + LIBOR-3M + 1,11%	104,9% DI	jul-23	USD 150.000	USD 150.000	288.475	74.970
Swap de Juros	Dívida	4,57% + IPCA	95,8% DI	out-24	R\$ 806.054	R\$ 806.054	159.960	144.123
Swap de Juros	Dívida	6,47%	99,9% DI	nov-24	R\$ 90.000	R\$ 90.000	3.846	584
Opções (ZCC)	Margem Operacional	Put USD 3,86	Call USD 4,33	dez-20	USD 195.000	USD 60.000	(215.940)	(121)
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil / RBOB	jul-20	USD 47.421	-	(3.962)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jul-20	USD 45.818	-	(1.776)	-
							753.857	288.854

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Swap cambial	Dívida	USD + 0,18%	55,5% DI	jun-29	USD 320.000	USD 853.000	542.301	353.451
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 2,0%	105,9% DI	jun-20	-	USD 60.000	-	48.535
Swap cambial	Compromissos firmes	USD+0,00%	33,5% DI	mai-20	-	USD 17.896	-	(2.203)
Swap cambial	Margem Operacional	34,8% DI	USD+0,00%	fev-20	-	USD 4.680	-	612
NDF	Margem Operacional	MXN	USD	dez-20	USD 3.000	-	(626)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	nov-20	USD 85.356	USD 71.600	17.153	(1.080)
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating oil / RBOB	mai-20	-	USD 56.000	-	(1.271)
NDF	Dívida	BRL	USD	jul-20	USD 10.000	-	(4.162)	-
							554.666	398.044

¹ Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	30/06/2020	31/12/2019
Valor nominal – US\$	395.000	395.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	672.793	79.466
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(51.615)	(36.764)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(615.630)	(130.320)
Custo médio efetivo - % do DI	104,4	104,4

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e commodities designados como *hedge* de valor justo são conforme descritos abaixo. O objetivo desta relação é o de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A controlada Ipiranga realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de *hedge accounting*, como *hedge* de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado.

Em milhares	30/06/2020	31/12/2019
Valor nominal – US\$	93.239	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(30.415)	-
Ajuste de valor justo do estoque – R\$	15.367	-

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	30/06/2020	31/12/2019
Valor nominal – R\$	806.054	806.054
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	15.108	72.957
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	3.846	(76.992)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(27.007)	(68.054)
Custo médio efetivo - % do DI	95,8	95,8

Notas Explicativas

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.2, 16.g.4 e 16.g.6.

Em milhares, exceto % do DI	30/06/2020	31/12/2019
Valor nocional – R\$	90.000	90.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	3.919	584
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(3.207)	(208)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(2.794)	(377)
Custo médio efetivo - % do DI	99,9	99,9

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.7.

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2020, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 508.929 (US\$ 550.000 em 31 de dezembro de 2019), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 462.147 em 30 de junho de 2020 (perda de R\$ 293.277 em 31 de dezembro de 2019), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 30 de junho de 2020 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (*zero cost collar*), totalizavam US\$ 195.000 (US\$ 60.000 em 31 de dezembro de 2019), sendo reconhecida uma despesa não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 15.184 em 30 de junho de 2020 (perda de R\$ 74 em 31 de dezembro de 2019), líquida de IRPJ e CSLL diferidos e uma despesa de R\$ 192.934 no resultado financeiro.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2020, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 95.000 (US\$ 95.000 em 31 de dezembro de 2019), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 90.620 em 30 de junho de 2020 (perda de R\$ 55.682 em 31 de dezembro de 2019), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	30/06/2020	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	388.391	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(365.777)	(15.104)
c - Swaps de juros em Reais (iii)	22.872	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(833.572)	(842.391)
Total	(788.086)	(857.495)

	30/06/2019	31/12/2019
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	206.579	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	24	(80)
c - Swaps de juros em Reais (iii)	16.661	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(54.023)	(348.959)
Total	169.241	(349.039)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos hedges cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos hedges de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b).

Notas Explicativas**j. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

			30/06/2020		31/12/2019	
Categoria	Nota explicativa		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	253.430	253.430	284.992	284.992
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.506.924	3.506.924	1.780.939	1.780.939
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	44.837	44.837	49.448	49.448
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.984.808	1.984.808	1.937.967	1.937.967
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	354.379	354.379	595.816	595.816
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	78.033	78.033	76.904	76.904
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	816.792	816.792	303.417	303.417
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.408.320	1.408.320	682.615	682.615
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.095.252	3.075.738	3.689.500	3.663.247
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	881.041	878.089	800.936	839.090
Total			12.423.816	12.401.350	10.202.534	10.214.435
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	2.292.985	2.292.985	1.666.092	1.666.092
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	8.703.164	8.667.957	6.008.414	7.268.742
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.507.189	5.238.705	5.657.339	5.603.669
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.032.644	1.032.644	1.030.892	1.030.891
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.775.276	1.775.276	1.588.673	1.588.673
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	228.190	228.190	29.985	29.985
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.538.294	2.520.283	2.700.071	2.678.808
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	63.063	63.063	130.657	130.657
Total			22.140.805	21.819.103	18.812.123	19.997.517

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das informações trimestrais. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem vendedor (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	30/06/2020	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	253.430	253.430	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.506.924	-	3.506.924
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	44.837	44.837	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.984.808	1.984.808	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	354.379	-	354.379
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	78.033	-	78.033
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	816.792	31.870	784.922
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.408.320	-	1.408.320
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.075.738	-	3.075.738
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	878.089	-	878.089
Total			12.401.350	2.314.945	10.086.405
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	2.292.985	-	2.292.985
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	8.667.957	5.747.008	2.920.949
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.238.705	-	5.238.705
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.032.644	-	1.032.644
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.775.276	-	1.775.276
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	228.190	-	228.190
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.520.283	-	2.520.283
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	63.063	-	63.063
Total			21.819.103	5.747.008	16.072.095

Notas Explicativas

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	284.992	284.992	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	1.780.939	-	1.780.939
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	49.448	49.448	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.937.967	1.937.967	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	595.816	-	595.816
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	76.904	-	76.904
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	303.417	18.985	284.432
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	682.615	-	682.615
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.663.247	-	3.663.247
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	839.090	-	839.090
Total			10.214.435	2.291.392	7.923.043
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.666.092	-	1.666.092
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	7.268.742	4.587.932	2.680.810
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.603.669	-	5.603.669
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.030.891	-	1.030.891
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.588.673	-	1.588.673
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	29.985	-	29.985
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.678.808	-	2.678.808
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	130.657	-	130.657
Total			19.997.517	4.587.932	15.409.585

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

Notas Explicativas

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 30 de junho de 2020. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 8,74 (R\$ 5,76 em 31 de dezembro de 2019) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

30/06/2020	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	1.204.409	2.482.925	3.761.442
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(1.205.747)	(2.488.043)	(3.770.340)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>(1.338)</u>	<u>(5.118)</u>	<u>(8.898)</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	1.900	(194.710)	(391.319)
(4) Margem bruta da Oxitenio		(1.900)	194.710	391.319
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(222.099)	-	239.606
(6) Margem bruta da Oxitenio		222.099	-	(239.606)
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	700.499	1.668.202	2.635.905
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(700.465)	(1.668.031)	(2.635.596)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>34</u>	<u>172</u>	<u>309</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	376	62.559	124.742
(4) Margem bruta da Oxitenio		(376)	(62.559)	(124.742)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	42.101	102.917
(6) Margem bruta da Oxitenio		-	(42.101)	(102.917)
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 30 de junho de 2020 para os vencimentos de cada *Swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

30/06/2020	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	7.449	(205.996)	(158.456)
(2) Dívida a taxa fixa		(7.449)	205.996	158.456
(1) + (2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	(195.123)	(137.260)	(74.027)
(2) Dívida a taxa fixa		195.123	137.260	74.027
(1) + (2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção a oscilações ao preço de commodities em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (RBOB) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário provável.

Notas Explicativas

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das informações trimestrais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das commodities nos diferentes cenários:

30/06/2020	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
NDF Commodities				
(1) NDF de Commodities	Redução Preço	-	498.078	996.156
(2) Margem Bruta da Ipiranga	Commodities	-	(498.078)	(996.156)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-
31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
NDF Commodities				
(1) NDF de Commodities	Redução Preço	100.542	1.490.893	2.881.245
(2) Margem Bruta da Ipiranga	Commodities	(100.542)	(1.490.893)	(2.881.245)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

Notas Explicativas

34 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA, com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape e Itaqui, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	397.000 ton.	2031
Itaqui	1.222.377 m ³	2049

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2020, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R\$ 0,71 por m³ para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

a.2. A controlada Oxiteno S.A. possui contratos de fornecimento com a Braskem S.A., que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. Esses contratos estabelecem um compromisso mínimo de compra conforme tabela abaixo:

Planta	Compra mínima em toneladas por ano	Vencimento
Camaçari	205.000	2021
Mauá	44.100	2023

Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

Notas Explicativas

b. Cobertura de seguros

A Sociedade está amparada por apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiteno	US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 6.254 milhões em 30/06/2020)
Ipiranga	R\$ 1.530
Ultracargo	R\$ 1.000
Ultragaz	R\$ 272
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 2.190 milhões em 30 de junho de 2020), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 438 milhões em 30 de junho de 2020), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, riscos cibernéticos, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

c. Arrendamento de áreas portuárias

Em 22 de março de 2019, a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a IPP detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos.

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Tequimar, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. A Tequimar venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Tequimar por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (vide nota explicativa nº 3.b). Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

Notas Explicativas

35 Eventos subsequentes

a. Emissão de US\$ 350 milhões em notas - reabertura das notas 2029

Em 13 de julho, a controlada Ultrapar Internacional realizou uma oferta de notas representativas de dívida denominadas Notes no mercado externo (“Notes”), no montante de US\$ 350 milhões, com vencimento em 2029, ao cupom (juros) e yield de 5,25% ao ano, pagos semestralmente até a data do vencimento. A transação foi uma reabertura das notas emitidas em 2019. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP.

b. Liquidação parcial antecipada de financiamento externo

A controlada Ipiranga realizou a liquidação parcial antecipada do financiamento externo no valor de US\$50 milhões em 13 de julho de 2020. Para maiores informações sobre o financiamento externo, vide nota explicativa nº 16.c.1.

c. Criação de empresa para pagamentos digitais

Em 23 de julho, foi lançada ao mercado a Eaí Clube Automobilista S.A., companhia criada para atuar no segmento de pagamentos digitais. Ancorada sobre as bases sólidas dos programas Abastece Aí e Km de Vantagens, que deixam de ser parte da controlada Ipiranga, funcionará sob a marca Abastece Aí.

O Abastece Aí passará a ter novas funcionalidades e atuar como uma plataforma completa de serviços, incluindo contas de pagamentos digitais para cada cliente. O aplicativo oferecerá, ainda, descontos e cashback em uma rede crescente de parceiros varejistas. Os créditos em reais resultantes do cashback serão depositados para os usuários em suas carteiras digitais e poderão ser usados a qualquer momento, seja nas empresas parceiras ou para transferência a outros participantes do Abastece Aí. Os clientes continuarão a acumular e resgatar pontos no programa de fidelidade Km de Vantagens.

d. Emissão de ações de bônus de subscrição Extrafarma

Em 12 de agosto de 2020, o CA confirmou a emissão de 86.798 ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24) emitidos pela Sociedade, quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela AGE da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.115.005.712 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas , Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe

Contador CRC 1SP233011/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Décio de Sampaio Amaral - Diretor

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Décio de Sampaio Amaral - Diretor

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor